



*Universidade Severino Sombra*

Coordenadoria de Pós-Graduação  
Programa de Mestrado em História

OS BARÕES E A ABOLIÇÃO  
Dificuldades para a adoção do Trabalho Livre  
numa Região Decadente

Marcos José Veroneze Soares

VASSOURAS

2003

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA  
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**OS BARÕES E A ABOLIÇÃO**

**Dificuldades para a adoção do Trabalho Livre numa Região Decadente**

**por**

**MARCOS JOSÉ VERONEZE SOARES**

**Vassouras, 2003**

**UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA  
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**OS BARÕES E A ABOLIÇÃO**

**Dificuldades para a adoção do Trabalho Livre numa Região Decadente**

**por**

**MARCOS JOSÉ VERONEZE SOARES**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em História Social do Trabalho da Universidade Severino Sombra - USS, pelo Mestrando Marcos José Veroneze Soares, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Professora Doutora Cláudia Regina Andrade dos Santos

**Vassouras, 2003**

Soares, Marcos José Veroneze.

Os barões e a abolição: dificuldades para a adoção do trabalho livre numa região decadente. \_\_\_. Vassouras: USS, 2003.

118 p.

Bibliografia

1. História do Brasil – Escravidão – Abolição – Vassouras. 2. Política - Cultura. I. Título. II. Cláudia Regina Andrade dos Santos (Ori.)

**UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA  
COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**OS BARÕES E A ABOLIÇÃO**

**Dificuldades para a adoção do Trabalho Livre numa Região Decadente**

Dissertação elaborada por **Marcos José Veroneze Soares**,  
apresentada à Comissão Julgadora, como requisito parcial para a obtenção do  
Título de

**MESTRE EM HISTÓRIA**

**Banca Examinadora**

---

**Presidente**

---

**1º. Examinador**

---

**2º. Examinador**

**Vassouras, \_\_\_\_/\_\_\_\_/ 2003.**

## DEDICATÓRIA

*Ao meu pai, **Armando Motta**, já descansando, lavrador pobre, cidadão de valor. Embora de pouca escolaridade, sua afeição à leitura me influenciou desde a mais tenra idade.*

*À minha mãe, **Rosinha Veroneze**, costureira, cidadã de valor, também de pouca escolaridade, mas igualmente afeita à leitura - chegando a atuar como professora leiga das primeiras letras-, sempre ciosa, como meu pai, da necessidade de proporcionar aos filhos a escolaridade à que não tiveram acesso, postura da qual, com absoluto merecimento, certamente se orgulha.*

*Meus queridos pais, com sua consciência de que a melhor herança que poderiam deixar para seus filhos seria a educação, são os grandes responsáveis por termos conseguido chegar até este ponto.*

*Eu me orgulho imensamente de vocês!*

## **.AGRADECIMENTOS**

Ao Senhor de todos os saberes que, em sua onisciência, nos brindou com a dádiva da vida.

À minha esposa Márcia, pelo companheirismo, pelo incentivo e pelas orações.

Aos meus filhos Mateus -meu tradutor e auxiliar- e Alice, pelo respeito e pela admiração, ainda que contidamente manifesta, pelo pai professor e historiador.

À minha orientadora, Professora Cláudia Regina Andrade dos Santos, pelo suporte imprescindível, pelas orientações precisas de profissional altamente qualificada e pelo jeito tranqüilo de quem sabe o que faz.

Aos meus professores do mestrado,

Ana Maria Moura,

Carlos Eugênio Líbano Soares,

José Augusto dos Santos,

José D'Assunção Barros e

Miridan Brito Knox Falci,

por compartilhar conosco seu saber e seu profissionalismo.

Aos funcionários do Programa de Mestrado em História da USS, pela prestimosidade e dedicação no tratamento a nós dispensado.

Aos funcionários da Casa da Hera, pela recepção sempre calorosa e profissional.

Aos funcionários da Casa da Cultura de Vassouras, pela solicitude em nos atender e ajudar.

A todos os meus alunos, pelo apoio e incentivo, mas também pela paciência de conviver e trabalhar conosco, nesse período de tamanho envolvimento com o curso de mestrado.

Aos meus colegas professores, pelo apoio, incentivo e colaboração.

À Genísia, minha diretora na Escola Estadual Américo Lopes -Eugenópolis, MG- pela compreensão e apoio constantes, a despeito de todos os entraves institucionais.

À FAFILE - Carangola e à Faculdade Santa Marcelina – Muriaé, pelo apoio institucional.

À todos, enfim, que, de forma direta ou indireta, colaboraram para tornar possível a realização deste trabalho.

## RESUMO

Este trabalho objetiva analisar a postura assumida pelos senhores de escravos de Vassouras na década de 1880, diante da questão da abolição da escravidão. Procuramos demonstrar a inconsistência das formulações da “historiografia paulista”, acerca do suposto conservadorismo que teria caracterizado os cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense -que teriam permanecido apegados à escravidão-, em contraposição aos do Oeste Paulista, que teriam demonstrado, já naquele contexto de final do século XIX, uma mentalidade empresarial, avançada, voltada para o trabalho livre. Recorrendo tanto à análise historiográfica, quanto à análise de fontes tais como periódicos, legislação provincial e relatórios da presidência da província do Rio de Janeiro -através do método da análise de discurso-, procuramos refutar tais formulações, mostrando que a postura assumida pelos cafeicultores vassourenses deve ser compreendida, não a partir de fatores de ordem mental, mas sim tendo como base a análise das condições concretas da economia vassourense e fluminense.

## **SUMMARY**

This assignment aims to analyze the position and the behavior of the slaves owners from Vassouras in 1880, about the slavery Abolition issue. In search of demonstrate the inconsistence of the history spellings from São Paulo, concerning the supposed conservatism that should had characterized the coffe growers from Vale do Paraíba – that should have been attached to the slavery --, in contraposition to those from São Paulo's west, that had demonstrated, at the end of the 19<sup>th</sup> century, an advanced business mind, turned to the free work. Researching so much to the history spelling as much to the analysis of such sources like periodicals, provincial legislation and reports from the presidency of Rio de Janeiro's province,-- hrough the speech analysis method --, we tried to refute so formulations, showing that the position and the behavior of the coffee growers from Vassouras must be took in, not from mental factor, but on the basis of the analysis of the concrete economy conditions from Vassouras and from Rio de Janeiro.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>..06</b>
<b>I – OS EMPRESÁRIOS PAULISTAS E A ABOLIÇÃO:</b>	
<b>a historiografia paulista .....</b>	<b>20</b>
<b>1.1 – Aristocracia X Burguesia .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 – Aristocracia X Burguesia? .....</b>	<b>33</b>
<b>II – NEM ARISTOCRACIA NEM BURGUESIA:</b>	
<b>Vassouras se expressa .....</b>	<b>48</b>
<b>III - O MOMENTOSO ASSUMPTO:</b>	
<b>o Poder Provincial se expressa .....</b>	<b>82</b>
<b>3.1 – Documentos Ministeriais .....</b>	<b>85</b>
<b>3.2 – Legislação Provincial .....</b>	<b>86</b>
<b>3.3 – Relatórios da Presidência da Província .....</b>	<b>97</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>107</b>



## OS BARÕES E A ABOLIÇÃO

### INTRODUÇÃO

*“À força de julgar, acaba-se por se perder até o gosto de explicar (...) Uma palavra, em suma, domina e ilumina os nossos estudos: ‘compreender’ ”. (Marc Bloch).*

Ao longo de uma década e meia de exercício do magistério nos níveis fundamental e médio, percebemos, com nossa experiência, que os livros didáticos de história, em sua ampla maioria, ao abordar o contexto da abolição da escravatura e do estabelecimento do regime republicano, exaltam a postura supostamente moderna ou progressista assumida pelos cafeicultores do oeste paulista, ao mesmo tempo que, mais ou menos veladamente, condenam o também suposto conservadorismo, ou uma suposta postura reacionária, dos cafeicultores do Vale do Paraíba. Os autores de livros didáticos que não assumem esse posicionamento são, na verdade, aqueles que, talvez excessivamente preocupados em sintetizar, se esquivam de explicar. Os que se dedicam às explicações, ainda que superficiais, o fazem de acordo com o exposto acima.

Essa visão tem como base a análise feita por um grupo de pesquisadores e ensaístas que forjaram, segundo nosso entendimento, um quadro simplista do problema, sobretudo no que diz respeito ao comportamento das elites da sociedade imperial brasileira. Ao nos depararmos com a análise desses autores -Octávio Ianni, Emília Votti da Costa, dentre outros-, temos a impressão de que estaríamos, naquele contexto, diante de uma história de ‘mocinhos’ e ‘vilões’. Os últimos seriam

os cafeicultores do Vale do Paraíba, que se recusavam a aceitar uma abolição sem indenização ou garantias da continuidade do provimento da mão-de-obra, sendo, por isso mesmo, estigmatizados como conservadores, tradicionalistas, reacionários. Já em relação aos primeiros, os supostos ‘mocinhos’ da história, encontramos uma gama variada de elementos oriundos, segundo a historiografia paulista, dos mais diversos segmentos sociais. Para além da atuação de setores sociais mais caracteristicamente urbanos -intelectuais, profissionais liberais, etc- , essa corrente historiográfica destaca a postura supostamente progressista assumida pelos cafeicultores do Oeste paulista, que teriam demonstrado uma mentalidade realmente empresarial, muito mais avançada, portanto, que a mentalidade -também supostamente- retrógrada, reacionária dos cafeicultores do Vale do Paraíba.

Nosso trabalho tem como eixo de análise a cultura política dos senhores de escravos de Vassouras -município de destaque na região que pesquisamos- que serve de substrato à postura assumida pelos mesmos no contexto da abolição da escravatura. Esse segmento da elite imperial brasileira assume uma posição de resistência, a despeito de todo um ambiente favorável à abolição. Pretendemos desvendar com nosso trabalho alguns traços da cultura política dos senhores de escravos de Vassouras -paternalista, autoritária e clientelista, porém não impermeável a mudanças, embora se mostrassem sempre ciosos da necessidade de preservação de seus interesses- , buscando compreender os fundamentos da postura assumida pelos mesmos. Pretendemos, ainda, mostrar o caráter simplista da categoria ‘conservador’,

atribuída pela historiografia aos cafeicultores do Vale do Paraíba no final do século XIX, mostrando também -ainda que subsidiariamente- o risco de se incorporar aos livros didáticos, de maneira pouco crítica, questões polêmicas da historiografia como se fossem verdades prontas e acabadas.

A partir de nossas pesquisas, pudemos concluir que o comportamento desse setor da elite senhorial não nos pareceu menos ‘empresarial’ do que o comportamento dos cafeicultores de qualquer outra região. Portanto, ao questionar esse principal pilar do suposto diferencial entre os cafeicultores do Vale do Paraíba e os do Oeste Paulista -muitos dos quais tornam-se ‘aboliconistas’ apenas à última hora-, acreditamos estar contribuindo também no sentido de alertar sobre o fetiche enganador da noção de ‘progresso’ e, conseqüentemente, das posturas ditas progressistas. O uso acrítico dessas noções pode dificultar, e muito, um entendimento mais adequado da realidade -de ontem e de hoje.

Nossa pesquisa centrou-se, sobretudo, no periódico “O Vassourense”, em cujas edições percebemos uma manifesta preocupação com a crise econômica da região e a busca de soluções para a mesma. Aprofundamos nossa análise a partir da formulação de uma classificação temática em que se destacaram três temas, cuja abordagem, sempre recorrente, evidenciava-se nas edições consultadas. O primeiro deles, relativo a **técnicas de agricultura**,

permitiu-nos desfazer a imagem forjada pela historiografia, de que os cafeicultores valeparaibanos eram avessos à utilização de novas técnicas, em virtude de sua mentalidade supostamente conservadora. O segundo tema envolve a questão da **organização dos lavradores**, cujas referências no periódico mostram o quase descrédito com que os proprietários vassourenses encaravam essa estratégia como uma possível alternativa para a solução dos problemas da lavoura. Por fim, analisamos as inúmeras referências encontradas no periódico sobre o que classificamos como **questão da mão-de-obra e imigração**, o que nos permitiu concluir que os proprietários da região não se mostraram indiferentes à alternativa imigrantista como solução para o grave problema da carência de trabalhadores, sobretudo no contexto imediatamente *pré* e *pós* abolição.

O profundo envolvimento do periódico “O Vassourense” com os problemas da lavoura local e provincial, bem como as estreitas relações de amizade e parentesco de vários de seus articulistas com figuras de renome da elite vassourense, permite-nos qualificá-lo, senão como um instrumento de expressão dessa elite, pelo menos como um fórum de debate político desse segmento social.

Além da imprensa vassourense, analisamos também os relatórios dos presidentes da província do Rio de Janeiro enviados à Assembléia Provincial nos últimos anos da década de 1880, onde encontramos importantes referências sobre as demandas da lavoura fluminense junto ao poder

provincial, bem como as medidas tomadas pelos administradores em razão dessas demandas, notadamente em relação à questão da imigração.

Uma outra fonte de grande importância utilizada por nós foi a legislação provincial relacionada à questão da imigração, emitida sobretudo em 1888, cuja eficácia foi bastante tímida segundo pudemos concluir.

Uma vez que nossa análise tem como ponto focal a postura assumida pelos cafeicultores vassourenses diante da questão da abolição, delimitamos o município de Vassouras como espaço privilegiado de nossa investigação. Tal delimitação, no entanto, não se constituiu numa camisa de força. Uma vez que estendemos nossa análise a outras fontes, de abrangência maior, provincial, relativizamos o âmbito espacial de investigação. Devemos ressaltar, no entanto, que a realidade vivenciada pelos proprietários vassourenses é a que caracteriza a região delimitada como parte ocidental do Vale do Paraíba, situada entre Vassouras e a divisa com a província de São Paulo (Slenes: 1986, p. 105).

Quanto ao período sobre o qual tecemos nossas análises, o foco central é o próprio contexto em que os debates se tornaram mais intensos e que se deu a abolição, ou seja, os anos de 1887 e 1888. No entanto, recuamos em nossa análise do periódico até 1884 -“O Vassourense” começa a circular em 1882-, quando as referências sobre a questão da crise da lavoura tornam-se mais recorrentes. Por outro lado, estendemos nossa análise até os anos 1889 e 1890, momento em que os efeitos da abolição se tornam mais evidentes sobre

a lavoura vassourense, ou mesmo fluminense. Julgamos que esse recorte cronológico tenha sido suficiente para os propósitos de nosso trabalho, tornando possível compreender as motivações e as ações dos proprietários vassourenses em relação à abolição.

Quanto aos conceitos utilizados, muito longe estamos de afirmar que os cafeicultores do Vale do Paraíba fluminense, no século XIX, devessem ser qualificados como **burgueses**, -ou mesmo tão burgueses quanto os do Oeste Paulista. No entanto, não consideramos adequado qualificá-los como uma **aristocracia**, ou mesmo uma “casta decadente” (Ianni: 1988, p. 45), sobretudo se se busca a legitimação deste estereótipo em uma contraposição com os cafeicultores do Oeste Paulista.

Considerando o caráter coletivo e interclassista, bem como a prioridade dada às manifestações irracionais que caracterizam o campo da “história das mentalidades” (Ginzburg: 1978, p. 31), encontramos um embasamento mais adequado no domínio da **história da cultura**, uma vez que o presente trabalho se concentra sobre a postura assumida por um segmento da sociedade imperial brasileira do final do século XIX, diante de uma questão específica -no caso, a abolição da escravidão-, sendo essa atitude legitimada, obviamente, pelo conjunto de valores professados por esse segmento social.

Acreditamos que a postura assumida pelos senhores de escravos de Vassouras, no contexto da abolição, tenha se baseado num ponto de vista que, naquele momento, pareceu mostrar-se divergente em relação ao restante da

elite senhorial. Uma vez que a questão girava em torno de um tema -o fim da escravidão sem indenização- já definido em termos de opinião pública, tanto interna quanto internacionalmente, aqueles que assumiram uma posição de resistência foram, sobretudo posteriormente, condenados de forma sumária como conservadores ou tradicionalistas. Difundida por parte da historiografia e vulgarizada por uma boa parte dos livros didáticos, acaba por se incorporar à memória histórica uma espécie de reedição da milenar luta do bem contra o mal ou do novo contra o velho. Nesse caso, como se trata do contexto em que se desagregam tanto a escravidão quanto o regime monárquico, o binômio escravidão/monarquia representariam o velho, enquanto que abolição/república representariam o novo.

No contexto da abolição, os senhores de escravos vêm solapados não apenas os fundamentos de seu universo cultural -legitimado com base na escravidão-, como também questionados os fundamentos de seu próprio poder político naquela sociedade escravista -base da garantia de preservação de seus interesses. Nosso trabalho, portanto, articula **política** à **cultura**, situando-se na interseção desses dois domínios historiográficos. Tratamos, assim, da cultura política da elite senhorial no final do século XIX., debruçando-nos especificamente sobre a postura assumida pelos cafeicultores do Vale do Paraíba diante da questão da abolição. Nesse sentido, partimos da concepção de que

*“A cultura política como instrumento analítico desempenha papel de grande utilidade na vinculação de contextos micro e macropolíticos. Na medida em que os condicionamentos de tipo ambiental e psicológico e os*

*elementos próprios da estrutura econômica influem na conformação das crenças políticas de indivíduos ou grupos sociais (...)*". (Garcés, 1986, p. 295).

Em relação ao aspecto mais especificamente político, analisamos o papel desempenhado pelos senhores de escravos do Vale do Paraíba e suas relações com o Estado Imperial num momento duplamente crítico. Por um lado, manifestava-se claramente a crise da ordem política imperial, amplamente questionada por vários segmentos sociais ou ocupacionais. Por outro lado, percebia-se a crise de um segmento social, a elite senhorial, que não conseguia mais afirmar-se politicamente, demonstrando claras divisões internas, bem como dificuldades de adaptação a uma nova ordem, cultural e política, não mais baseada no trabalho escravo, mas no trabalho livre, cujo advento parecia iminente.

A afirmação acima nos remete a um aspecto mais propriamente cultural de nosso trabalho, que se refere às dificuldades enfrentadas pelos senhores de escravos, sobretudo os do Vale do Paraíba, naquele contexto de final do século XIX. Habitados em todo o transcurso do regime imperial a estender seus interesses privados ao âmbito público, os cafeicultores valeparaibanos encontram-se diante de um dilema que caracteriza, segundo entendemos, a situação de crise cultural e política por que passavam. Buscam preservar a liberdade de resolver particularmente, privadamente 'seus' problemas -e o principal naquele contexto era o da mão-de-obra-, ao mesmo tempo em que admitiam, ou mesmo demandavam, a intervenção do Estado, desde que

fosse para atuar de acordo com seus interesses particulares, privados, manifestação clara do **clientelismo** que marcou, no século XIX, as relações da elite proprietária com o Estado (Graham: 1997, p. 22, 23 e 339).

Partimos do princípio de que *“a escolha de uma definição depende de critérios de oportunidade e não de verdade (...) Quanto mais numerosas são as conotações de um conceito tanto mais se restringe o campo por ele denotado, isto é, sua extensão”* (Bobbio: 1987, p. 69). A partir disso, cabe-nos esclarecer ainda sobre alguns outros conceitos utilizados também com certa frequência em nosso trabalho.

Como não pretendemos discutir se os senhores de escravos chegaram a constituir uma ‘classe’, utilizamos o conceito de ‘elite senhorial’ para nos referirmos à parcela da sociedade brasileira formada, no século XIX, pelo conjunto dos senhores de escravos nas diversas regiões do país, embora nosso interesse se dirija a duas áreas específicas: Vale do Paraíba e Oeste Paulista.

Usamos também com bastante frequência o termo ‘postura’ enquanto manifestação concreta de um ‘comportamento’ no sentido histórico e cultural. Esse comportamento manifesta-se -no caso específico de nosso trabalho, sobretudo através da imprensa- enquanto expressão de valores culturais aparentemente defasados em relação ao contexto histórico -ou em relação a outras regiões-, porém, ainda profundamente coerentes com o processo de formação cultural do segmento social objeto de nossa análise, bem como com seus interesses. Ressaltamos, porém, que, ao nos referirmos a uma

situação de crise de um segmento social, cujos valores parecem dissonantes em relação ao contexto histórico, não estamos de forma alguma corroborando o estereótipo de ‘conservadores’ ou ‘tradicionalistas’ proposto por parte de historiografia. Aliás, nosso trabalho caminha exatamente no sentido de questionar essa visão.

Cumprido, portanto, ressaltar que atitudes entendidas como de “resistência cultural”, muitas das vezes são, na verdade, a expressão de interesses concretos dos agentes envolvidos, conforme se pode observar na citação a seguir:

*“A ‘resistência cultural’ à mudança, se existe incontestavelmente em certos casos, não deve ser exagerada. Com muita frequência, aliás, essa resistência só é ‘cultural’ no espírito do observador e deve ser atribuída sobretudo ao fato de que uma mudança ameaça os interesses dos atores sociais, interesses que os atores sociais percebem muito bem, mas que o observador pode deixar de ver”.* ( Boudon e Bourricard: 1993, p. 124).

Uma vez que nosso objetivo é mais de desconstrução do que de construção, não estamos preocupados em forjar um conceito que venha a definir a postura assumida pelos cafeicultores vassourenses diante da questão da abolição. Que eles tenham resistido, com todas as forças de que ainda dispunham a uma abolição sem indenização, não resta a menor dúvida. No entanto, não acreditamos que o caminho adequado seja o de buscar uma explicação para essa resistência, baseado em estereótipos forjados a

**posteriori** pela historiografia, mas sim buscar a compreensão para as atitudes tomadas, tendo como referencial a crise -econômica, cultural e política- que caracteriza o contexto histórico analisado.

Tratando mais especificamente da **crise**, acreditamos que a própria bibliografia que discute, e refuta, as proposições no sentido de que o fim do tráfico intercontinental de escravos teria provocado o início da decadência da lavoura fluminense, admite que, na década de 1880, o quadro já se mostra evidentemente crítico. Isso pode ser atestado pelos dados relativos à queda na produção, diminuição da população escrava e dificuldades de acesso ao crédito, verificados naquela década (Slenes: 1986, p. 133 a 140).

Quanto ao **método** de análise das fontes, baseamo-nos nas orientações de Ciro Cardoso sobre a utilização, pelos historiadores, dos métodos de **análise de discurso**.

Em relação ao aspecto mais especificamente metodológico, o autor indica a “poética”, de T. Todorov<sup>1</sup>, aliada ao método de leitura isotópica, de modo a se conseguir

“ (...) *A passagem da microssemântica (entendida como a significação presente em cada frase ou enunciado que se tomar isoladamente)*

---

1 – A sintaxe narrativa desenvolvida por T. Todorov, embora tenha sido construída a partir de textos míticos, é também apropriado à análise das mais variadas formas de discurso.

*à macrossemântica (a significação do discurso completo, considerado no nível transfrasal). Seriam categorias semânticas isotópicas aqueles elementos de significação recorrentes, redundantes, repetitivos, os quais, por tais características, são subjacentes à coerência textual*". (Cardoso: 1997, p. 173).

Ao sugerir a utilização da poética todoroviana, articulada à sociologia literária de Lucien Goldman, Ciro Cardoso aponta na direção de uma proposta teórico-metodológica, esclarecendo que o método de Goldman ressalta a importância da articulação entre ‘compreensão’ e ‘explicação’, mostrando, por um lado, que a

“ (...) *Compreensão consiste na descoberta de uma estrutura significativa imanente à obra em estudo*”; por outro lado, que “*a explicação é a inserção de tal estrutura, como elemento constitutivo e funcional, numa estrutura maior, imediatamente englobante (a da consciência de classe)...*”<sup>2</sup>

Compreensão e explicação, portanto, longe de serem noções ou atitudes opostas, devem ser entendidas, na verdade, como necessariamente

---

2 – CARDOSO, C. F. S. *Narrativa, Sentido, História*. Campinas: Papirus, 1997. p. 29. Consideramos importante a referência à L. Goldman, que ressalta o aspecto da ‘consciência de classe’, exatamente por estarmos destacando a articulação do comportamento dos senhores de escravos de Vassouras com seus próprios interesses. Nesse sentido, podemos observar uma proposição semelhante a esta em BOUDON, R. e BOURRICARD, F. op. cit.

complementares, em qualquer pesquisa, mas, sobretudo, em estudos em que se busca alcançar o sentido do discurso como elemento explicativo da cultura política de algum segmento social.

## OS BARÕES E A ABOLIÇÃO

### I - OS 'EMPRESÁRIOS' PAULISTAS E A ABOLIÇÃO

- A 'Historiografia Paulista' -

Este capítulo divide-se em duas partes. Na primeira parte iremos expor alguns aspectos da argumentação de autores que procuram mostrar o comportamento supostamente diferenciado dos cafeicultores do Oeste paulista, em comparação com os seus congêneres valeparaibanos, em relação à questão da escravidão. Na segunda parte, será discutida a argumentação daqueles que também se debruçaram sobre o tema da abolição da escravidão, refutando os principais pilares das teses abordadas na parte anterior, acerca do suposto diferencial existente entre cafeicultores paulistas e fluminenses.

\*\*\*

### 1.1 - Aristocracia X Burguesia

Primeiramente, trataremos dos argumentos formulados por Octávio Ianni, que defende a tese de que os cafeicultores paulistas demonstraram um comportamento mais caracteristicamente empresarial, no sentido em que teriam sido os protagonistas da transição entre uma formação social escravista -que caracterizaria a sociedade brasileira até meados do século XIX- e uma formação social capitalista, gestada exatamente a partir desse contexto, marcado pela interrupção do tráfico intercontinental de escravos. Segundo ele

*“A formação social escravista tinha suas bases econômicas no Nordeste açucareiro e na cafeicultura da Baixada Fluminense e do Vale do Paraíba, na Província de São Paulo. Os seus interesses políticos e econômicos estavam organizados -e não apenas representados- no governo*

*monárquico. Mas em meados do século XIX a cafeicultura e a área açucareira sofrem o impacto da interrupção do tráfico. Além disso, a zona cafeeira começava a ressentir-se do empobrecimento das terras ocupadas, já que o café era cultivado de maneira extensiva e segundo técnicas que provocavam ou propiciavam a erosão”. (Ianni: 1988, p. 42).*

Um pouco adiante, o autor se refere especificamente aos cafeicultores do Oeste paulista, argumentando que

*“A formação social capitalista teve a sua base econômica mais dinâmica principalmente na cafeicultura do oeste paulista, da qual Campinas foi centro importante por certo tempo. Essa zona desenvolveu-se de maneira cada vez mais intensa desde meados do século XIX. Baseou-se de forma progressiva no trabalhador livre, proveniente da imigração européia. Aí o fazendeiro dispunha de melhores condições de organização e movimentação dos elementos econômicos, técnicos e sociais da produção”. (Ianni: 1988, p. 43).*

Certamente visando embasar melhor sua tese, este mesmo autor recorre a Celso Furtado, transcrevendo a seguinte passagem que, segundo o contexto em que aparece, refere-se aos cafeicultores do Oeste Paulista:

*“A nova classe dirigente formou-se numa luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização*

*nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica*".<sup>3</sup>

Octávio Ianni considera que o processo de superação da formação social escravista pela formação social capitalista -iniciado, segundo ele próprio, em meados do século XIX, conforme salientamos anteriormente- teria chegado a um ponto de definição no contexto do estabelecimento da República. Segundo este autor

*“A queda da monarquia foi o desenlace final do confronto entre a formação social escravista, em franca decadência, e a formação social capitalista, em expansão. Ou melhor, a luta entre a aristocracia agrária, de base escravocrata, e a burguesia cafeeira do oeste paulista, na qual vence esta, era a expressão política dos desajustes e antagonismos entre as duas formações sociais: desajustes e antagonismos esses expressos nas divergências e lutas entre duas facções política e economicamente diversas da camada dominante. A rigor, uma era uma casta decadente, ao passo que a outra era uma classe social ascendente. Por isso, a Proclamação da República tem os característicos de uma mudança político-econômica importante”.* (Ianni: 1988, p. 45).

---

3 – FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967. p. 115 e 116. Ao mencionar a ‘nova classe dirigente’, C. Furtado estaria se referindo aos cafeicultores em geral, em oposição aos proprietários nordestinos, o que não condiz com a interpretação de O. Ianni, segundo o qual a comparação de Furtado seria entre os cafeicultores do Oeste Paulista e os do Vale do Paraíba.

Percebe-se claramente na passagem acima como o autor estabelece as diferenças entre os cafeicultores do Oeste Paulista e os do Vale do Paraíba. Visando respaldar não somente a sua explicação acerca do diferencial existente entre paulistas e fluminenses, como também sua assertiva de que o estabelecimento do regime republicano teria sido o ponto de superação definitiva da formação social escravista, Octávio Ianni recorre agora a Caio Prado Júnior, de quem transcreve a seguinte passagem:

*“No terreno econômico observaremos a eclosão de um espírito que se não era novo, mantivera-se no entanto na sombra e em plano secundário: a ânsia do enriquecimento, de prosperidade material”.* (Prado Jr.: 1953, p. 214).

A monarquia seria, portanto, responsável pela preservação de um ‘espírito’ avesso aos negócios, que estaria impedindo o pleno desenvolvimento do capitalismo, sendo sua superação um passo importante nesse sentido. Com o estabelecimento da República estaríamos, por conseguinte, diante de uma nova situação na qual *“nenhum dos freios que a moral e a convenção do Império antepunham ao espírito especulativo e de negócios subsistirá”.* (Prado Jr.: 1953, p. 215).

Voltando agora ao texto do próprio Octávio Ianni, destacaremos uma outra passagem em que, segundo suas impressões, opera-se uma virada na consciência dos senhores de escravos, a partir do momento em que

*“O capitalismo generaliza a idéia de que o lucro se produz no processo da produção (...) Ao dar-se conta de que o trabalhador livre*

*corresponde a relações de produção mais propícias à produção de lucro -nas condições do capitalismo- o senhor de escravos transforma-se num burguês”.* (Ianni: 1988, p. 61).

O autor não articula, porém, a transformação do senhor de escravos em burguês com possíveis aspectos infra-estruturais específicos, que estariam embasando tal processo de mudança. A não ser na passagem em que, de forma difusa, ele argumenta que o senhor de escravos transforma sua consciência e sua prática “*para não ser ultrapassado pela empresa capitalista, organizada com base no trabalho livre*”. (Ianni: 1988, p. 61). No entanto, percebemos que a adoção do trabalho livre -em maior escala no Oeste Paulista do que no Vale do Paraíba, devemos admitir- não se dá em oposição ao trabalho escravo, mas como uma alternativa à escassez de mão-de-obra escrava com a qual coexistiu. Não encontramos, portanto, referência a uma ‘empresa capitalista’ -fazenda baseada exclusivamente no trabalho livre, segundo nos é permitido inferir- constituindo-se em exemplo concreto e palpável da obsolescência do trabalho escravo, o que poderia, por conseguinte, respaldar as afirmações de Octávio Ianni acerca do caráter empreendedor dos cafeicultores paulistas.

Acreditamos que através da análise das passagens acima referidas -tanto do próprio Octávio Ianni quanto de autores por ele citados- ficam claros os fundamentos de sua argumentação acerca do diferencial existente entre cafeicultores paulistas e fluminenses, bem como dos mecanismos

-sobretudo referindo-se ao aspecto mental- que teriam feito operar a conversão do aristocrata em burguês.

\*\*\*

A seguir levantaremos alguns pontos da argumentação de Emília Viotti da Costa em relação às diferenças entre os cafeicultores paulistas e os fluminenses sobre a questão da abolição.

Esta autora identifica o contexto da discussão da Lei do Ventre Livre -1871- como o momento em que a elite cafeeira começa a se dividir internamente. Segundo ela

*“Por ocasião da discussão do projeto evidenciara-se a cisão do grupo cafeeiro. Os representantes do Oeste Paulista votaram favoravelmente ao projeto. Essa atitude provocou descontentamento entre os demais que continuavam apegados à escravidão e confiavam que o governo só libertaria os escravos mediante indenização”.* (Costa: 1999, p. 338).

Embora admita existirem similaridades culturais entre os setores da elite, esta autora prefere acentuar as diferenças, destacando que

*“A única divisão importante era entre os setores modernos e os setores tradicionais, ou melhor, entre setores de maior ou menor acumulação de capital”.* (Costa: 1999, p. 360).

Numa outra passagem, a autora levanta uma série de indagações, procurando mostrar que, além da questão da maior ou menor lucratividade do trabalho escravo, outros aspectos -culturais, institucionais- devem ser abordados para se explicar o advento da abolição<sup>4</sup>, concluindo, logo a seguir, que a busca de alternativas ao trabalho escravo pelos cafeicultores das áreas em expansão teria ocorrido mediante pressões de toda ordem, não tendo havido, portanto, uma tomada de consciência espontânea da inviabilidade da escravidão, acrescentando ainda que, se não ocorressem estas pressões, os cafeicultores talvez tivessem se apegado à escravidão, defendendo-a até as últimas forças.

A despeito de tais argumentos, mais adiante Emília Viotti da Costa busca estabelecer um diferencial bastante nítido entre os fazendeiros do Vale do Paraíba e os do Oeste Paulista. Associando o movimento republicano à questão da escravidão, a mesma entende que a adesão de boa parte dos cafeicultores do Oeste Paulista às idéias republicanas coloca em questão a noção de que somente as áreas urbanas seriam mais sensíveis às propostas de mudança. A adesão dos fazendeiros ao movimento republicano demonstraria que

*“O fazendeiro dessa área distinguia-se pelo espírito progressista, procurava aperfeiçoar os métodos de beneficiamento do café, tentava*

---

4 – Aí incluídos fatores tais como as fugas de escravos, a posição assumida pelo Exército -negando-se a perseguir escravos fugitivos-, a alternativa imigrantista, entre outros.

*substituir o escravo pelo imigrante* (grifo nosso), *subscrevia capitais para ampliação da rede ferroviária e para a criação de organismos de crédito. Era um pioneiro, ativo e empreendedor*”. (Costa: 1999, p. 480).

Segundo o texto, estes parecem ser atributos referentes exclusivamente a um setor da elite, diferenciado, portanto, dos cafeicultores de outras regiões. Pelo exposto, consideramos ser possível perceber que a autora, embora não negue, pelo menos inicialmente, a existência de uma certa homogeneidade no comportamento da elite brasileira no século XIX, acaba, na verdade, por concluir em outro sentido, ou seja, acentuando, à semelhança de Octávio Ianni, as diferenças culturais existentes entre os fazendeiros fluminenses e os paulistas.

\*\*\*

Destacaremos, por fim, uma obra de Paula Beiguelman, na qual a autora discute a imigração e a transição para o trabalho livre, começando por localizar espacialmente o Oeste Paulista em relação ao Vale do Paraíba, destacando, desde esse ponto, a importância dessa região da província de São Paulo no processo de extinção da escravidão. Segundo ela

*“Na historiografia referente ao binômio abolicionismo/imigrantismo, a noção de Oeste paulista assume, como é sabido, importância capital”*.(Beiguelman: 1985, p. 7).

Mais adiante, referindo-se a uma suposta perda de interesse pelo trabalho escravo por parte dos cafeicultores paulistas a partir da Lei do Ventre Livre (1871), a autora argumenta que

*“A lavoura mais nova do Oeste da Província de São Paulo, desenvolvida depois da lei de 1871 (quando decresce o interesse pelo investimento em escravos), tendia a se organizar na base do trabalho imigrante, e se voltava para as possibilidades propiciadas pelo surto imigratório italiano”*. (Beiguelman: 1985, p. 9).

A seguir, buscando estabelecer um diferencial com relação aos cafeicultores paulistas e sua posição ante a escravidão -certamente em comparação com seus congêneres fluminenses-, bem como ressaltando a importância dessa posição dos paulistas para o fortalecimento de uma postura anti-escravista a nível nacional, afirma que

*“O desinteresse do setor de vanguarda pelo suprimento em escravos torna evidente para a consciência nacional a perspectiva da viabilidade de um movimento visando o golpe final na iníqua instituição”*. (Beiguelman: 1985, p. 12).

Embora ressalte sempre a postura pioneira do “reduto campineiro” no processo que levou à extinção da escravidão, a autora destaca também as limitações de tal processo, afirmando que

*“A orientação imigrantista do setor de vanguarda, provocando uma crise fundamental dentro do escravismo, cria as condições objetivas para a emergência do movimento abolicionista, circunscrevendo, porém, seu*

*triunfo. Com efeito, a fase ascendente da campanha abolicionista, que culmina na liquidação do nefando instituto, encerra-se bruscamente, sem propiciar as mudanças estruturais almejadas pelo grande teórico do movimento, Joaquim Nabuco*". (Beiguelman: 1985, p. 18/19).

Entendemos pelo exposto acima que, embora mencionando as graves limitações quanto ao alcance estrutural da abolição<sup>5</sup>, Paula Beiguelman tenta mostrar, mais uma vez, que o ‘setor de vanguarda’ -ou seja, os cafeicultores do Oeste Paulista- teria sido o principal responsável pela extinção da escravidão.

\*\*\*

Temos, portanto, em Octávio Ianni, a caracterização dos cafeicultores do Oeste Paulista como uma burguesia cafeeira -*formação social capitalista*- em contraposição aos cafeicultores valeparaibanos, caracterizados como uma aristocracia cafeeira -*formação social escravista*. Os cafeicultores paulistas teriam sido os pioneiros em introjetar os valores capitalistas, demonstrando bem cedo uma mentalidade empresarial, portanto mais avançada em relação aos seus congêneres fluminenses, tendo sido essa burguesia cafeeira

---

5 – Isto porque a abolição não resultou em medidas concretas visando à integração do ex-escravo, tampouco em mudanças na estrutura fundiária, embora houvesse, em relação a esse segundo aspecto, várias propostas, advindas sobretudo -mas não exclusivamente- de um setor específico do movimento abolicionista, conforme poderemos observar no último capítulo deste trabalho.

responsável não só pela transição para o trabalho livre, como também pela instauração do regime republicano.

Emília Viotti da Costa destaca também as diferenças culturais que caracterizariam o comportamento de setores da elite, destacando a modernidade dos cafeicultores do Oeste Paulista, em contraposição ao suposto tradicionalismo de outros setores, certamente referindo-se aos cafeicultores fluminenses, que teriam, segundo ela, permanecido ‘apegados à escravidão’ e ao regime monárquico, vinculando, portanto, a autora, o espírito ‘pioneiro’, ‘empreendedor’ e anti-escravista dos cafeicultores paulistas à sua postura republicana.

Por sua vez, Paula Beiguelman percebe, a partir de 1871, um crescente desinteresse pelo trabalho escravo por parte dos cafeicultores do Oeste Paulista. Esta autora caracteriza os cafeicultores dessa região como um ‘setor de vanguarda’, não só em termos de promoção da imigração, como também na luta contra a escravidão, entendendo ter sido esse setor -o ‘reduto campineiro’- o responsável pela formação de uma opinião pública contrária à escravidão e, conseqüentemente, pela deflagração do movimento abolicionista. No entanto, embora considere a ‘vanguarda paulista’ responsável, em grande parte, pela abolição, esta autora ressalta um aspecto reacionário dessa mesma elite cafeicultora paulista. Segundo ela, esse mesmo grupo de vanguarda procurou impedir quaisquer mudanças estruturais, mudanças estas presentes no programa dos abolicionistas. Devemos ressaltar,

todavia, que Octávio Ianni sequer leva em consideração a existência de propostas no sentido de mudanças estruturais no contexto da abolição.

Por fim, entendemos que a ressalva feita por Paula Beiguelman coloca em xeque a própria argumentação da autora em relação ao suposto ‘vanguardismo’ dos cafeicultores do Oeste Paulista. O grupo formador de uma ‘consciência nacional’ anti-escravista teria olvidado, logo a seguir à abolição, dos milhares de ex-escravos, vítimas do ‘nefando instituto’, em relação aos quais nenhuma preocupação se manifestou quanto às suas necessidades de inserção social. Qualquer ação nesse sentido demandaria, com certeza, mudanças nas condições de acesso à terra, ou seja, implicaria em mudanças na própria estrutura fundiária que se pretendia manter intacta.

## 1.2 - Aristocracia X Burguesia?

A seguir, abordaremos a argumentação oposta a que foi trabalhada na parte anterior.

Primeiramente trataremos da suposta mentalidade empresarial que caracterizaria, segundo Octávio Ianni, os cafeicultores paulistas.

Se a busca de inovações técnicas deve ser considerada como um indicativo de ‘mentalidade empresarial’, encontramos em Humberto Machado uma interessante argumentação sobre a questão. Este autor, em estudo específico sobre o Vale do Paraíba fluminense, ao analisar a questão da adoção de inovações técnicas pelos cafeicultores da região, conclui que a resistência dos mesmos nesse sentido não decorria de uma possível mentalidade tradicionalista que os manteria apegados aos ‘métodos rotineiros’. Segundo ele,

*“a preservação destes métodos de cultivo relacionava-se, essencialmente, à forma como foi organizada a estrutura agrária, isto é, suas bases extensivas cujos alicerces eram, sem dúvida, os escravos e as matas virgens. Enquanto estes dois pilares não foram abalados, inexistiam razões para um aperfeiçoamento técnico do cultivo”.*<sup>6</sup>

---

6 – MACHADO, H. Escravos, Senhores & Café. Niterói: Cromos, 1993. p. 55. Fica claro nessa passagem que o autor busca explicar a preservação de ‘métodos de cultivo’ com base em fatores estruturais, e não em fatores de ordem mental.

O autor mostra ainda que, a partir do momento em que a questão da carência de mão-de-obra se torna grave, ocorre uma busca intensa de novas técnicas, sobretudo no sentido de se tentar substituir, pelo menos em parte, o uso do braço escravo. Ele argumenta que

*“a utilização de inovações técnicas na cafeicultura do Vale do Paraíba é inquestionável, embora reconheçamos que elas foram decorrentes das necessidades prementes dos fazendeiros, em dificuldades, para preservar a estrutura da produção. Elas relacionaram-se às tentativas de adiamento da crise que se esboçava sem, entretanto, alterar as relações escravistas. As mudanças técnicas no cultivo (...) foram insignificantes porque o reaproveitamento do solo, através de processos de fertilização, implicaria o aumento do tempo de trabalho, além do estabelecimento de novos cafezais que provocaria, portanto, a necessidade de obtenção de um maior número de cativos. No período estudado, esta absorção se tornava difícil, em virtude da carência de mão- de- obra escrava: a solução seria diminuir a sua quantidade no beneficiamento e transporte. Portanto, as concepções a respeito da inviabilidade do desenvolvimento técnico em uma estrutura escravista colonial carecem de fundamento”.* (Machado: 1993, p. 61).

Para além da argumentação acima referida, em que refuta as afirmações no sentido da não utilização de inovações técnicas pelos cafeicultores fluminenses, em virtude de uma suposta mentalidade tradicionalista, Humberto Machado levanta ainda uma outra questão interessante acerca dos obstáculos a uma maior utilização de melhorias técnicas por estes

cafeicultores. Um obstáculo praticamente intransponível seria a própria situação de penúria financeira dos cafeicultores, sempre endividados com os comissários<sup>7</sup>. E, quanto mais se aprofundava a crise da cafeicultura vale-paraibana, tornava-se maior

*“a dependência dos cafeicultores aos comissários, os quais agiam como intermediários entre os proprietários e o mercado do Rio de Janeiro, fornecendo-lhes créditos adiantados mediante garantia das futuras safras, a juros elevados”*. (Machado: 1993, p. 94).

Jacob Gorender é outro autor que questiona profundamente as argumentações referidas na parte anterior deste capítulo, refutando essa

*“tese aparentemente firmada na Historiografia, a ponto de haver conquistado a confiabilidade de moeda corrente (...) Enquanto Celso Furtado atribuiu aos cafeicultores em sua generalidade, sem distinção de regiões ou de fases, o caráter de nova classe empresarial, diferenciada dos senhores de engenho nordestinos, há toda uma corrente historiográfica que faz incidir tal atribuição unicamente sobre os fazendeiros do Oeste paulista, dela excluindo, por conseguinte, os do Vale do Paraíba. O ponto inicial de semelhante interpretação remonta a Sérgio Buarque de Holanda e recebeu um desenvolvimento conseqüente por parte de F. H. Cardoso, Octávio Ianni,*

---

7 – Problemas financeiros e, conseqüentemente, demanda por crédito, serão uma constante, tanto nos últimos anos do regime escravista, quanto nos momentos seguintes à abolição, conforme se pode depreender das manifestações dos cafeicultores vassourenses naquele contexto.

*Paula Beiguelman e Boris Fausto. Trata-se, pois, de concepção historiográfica tipicamente paulista*". (Gorender: 1992, p. 579).

Continuando, e reforçando, seus questionamentos à tese da 'historiografia paulista', Gorender argumenta ainda que

*"não era o escravismo que diferenciava os fazendeiros das diversas zonas do café. Tampouco os diferenciava a propensão à modernização dos meios de produção, embora os fazendeiros do Oeste paulista tivessem melhores condições para isso do que os do Vale do Paraíba. A chamada 'racionalidade empresarial' se manifestou nuns e noutros, sempre aplicada à exploração do trabalho escravo*". (Gorender: 1992, p. 588).

Maria Sylvia de Carvalho Franco aborda também o comportamento dos cafeicultores valeparaibanos no final do século XIX. Seu estudo, embora baseado em fontes de um município paulista -Guaratinguetá-, não torna incoerente nossas referências às suas conclusões, uma vez que, tanto no aspecto econômico quanto no aspecto cultural, não há maiores diferenças entre a área por ela estudada e a parte mais ao norte do Vale, o sul fluminense, ou "*parte ocidental do Vale (os municípios entre a fronteira com São Paulo e Vassouras e Valença)*" (Slenes: 1986, p. 105). Esta autora questiona o caráter supostamente estamental da sociedade do Brasil imperial, mostrando a origem empresarial, negociante, da chamada aristocracia cafeeira, bem como sua capacidade de adaptação a novas situações e superação de crises, conforme se observa a seguir:

*“Algumas das grandes fortunas do café (...) vieram de negócios de tropas, outras de casas comerciais estabelecidas no Rio de Janeiro (...), outras do tráfico de escravos.”* (Franco: 1997, p. 170).

Partindo dessa constatação a respeito do processo de formação dessa ‘aristocracia’, a mesma autora, analisando a correlação existente entre suas atividades e seu *status*, conclui:

*“A situação econômica e a atividade lucrativa determinam a posição ocupada na escala do poder e do prestígio (...). A ‘civilização do café’ constituiu-se a partir de um universo econômico em expansão, em que o projeto de todos foi enriquecer (...). A apropriação não estava juridicamente limitada, nem mesmo convencionalmente estabelecida, como privilégio exclusivo de um determinado grupo de homens livres, observando-se a tendência inversa daquela que acompanha as formações estamentais”.* (Franco: 1992, p. 239).

Quanto ao aspecto específico da capacidade de adaptação dessa ‘aristocracia’ cafeeira a novas condições econômicas e de mercado, mantendo, inclusive, a estrutura fundiária baseada no latifúndio, encontramos ainda, na mesma obra, afirmações em relação à reorganização da economia do Vale do Paraíba após a crise da cafeicultura, agora baseada na pecuária leiteira, voltada para o mercado paulistano que se expandia. Tal processo não teria implicado, porém, em mudanças do caráter extensivo da produção. Mantiveram-se as práticas rotineiras destinadas a *“produzir o*

*máximo com custos baixos, sem preocupação de qualidade*". (Franco: 1992, p. 241).

Nessa nova atividade, portanto, a dinâmica da produção será, como na cafeicultura, perfeitamente adequada a uma razão de mercado. Lembramos ainda que a atividade escolhida em substituição à cafeicultura, ou seja, a atividade pecuária, desde que praticada de forma extensiva como se verificou, demanda um investimento muito menor no que se refere ao fator mão-de-obra, se comparada com a atividade cafeeira. Não era exatamente este -a mão-de-obra- o grande problema no contexto da abolição?

A argumentação dos autores acima referidos não nos permite atribuir aos cafeicultores valeparaibanos a condição de 'empresário capitalista', como faz Octávio Ianni em relação aos cafeicultores do Oeste Paulista. Acreditamos, no entanto, que as obras acima referidas nos autorizam a relativizar o estereótipo de 'conservador' ou 'tradicionalista', atribuído em termos absolutos aos primeiros, diminuindo sensivelmente possíveis diferenças existentes entre ambos.

Passaremos agora a analisar algumas obras que questionam o suposto desapego dos cafeicultores do Oeste Paulista à escravidão, conforme ressaltaram os três autores abordados na parte anterior.

Robert Conrad, analisando especificamente os momentos finais da instituição escravista no Brasil, refuta a tese de que

*“os plantadores paulistas de café do norte e do oeste de São Paulo estavam na vanguarda da oposição à escravatura (...) Os plantadores de café de São Paulo, na verdade, constituíram um dos mais poderosos e obstinados grupos pró-escravatura no Brasil até a segunda metade de 1887”.* (Conrad: 1975, p. xvii).

Ressaltando ainda mais a postura nitidamente escravista dos cafeicultores paulistas, o mesmo autor afirma que

*“quando a década abolicionista teve seu início (...) os fazendeiros paulistas e os seus vizinhos das províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais estavam particularmente determinados a manter a escravatura por ainda muitos anos, talvez por mais trinta anos”.* (Conrad: 1975, p. 159).

Vemos, portanto, se relativizar cada vez mais o diferencial supostamente existente entre os cafeicultores paulistas e os de outras províncias. Mais adiante o mesmo autor refuta a tese de Paula Beiguelman<sup>8</sup>, segundo a qual os projetos de lei do final da década de 1870, no sentido de deter o tráfico interprovincial, demonstrariam uma postura anti-escravista por parte dos representantes da província de São Paulo. Na verdade, o empenho dos parlamentares paulistas tinha por objetivo evitar o enfraquecimento da representação escravista na Câmara, no caso das províncias do Norte e do

---

8 – Esta tese foi desenvolvida não só na obra referenciada anteriormente, como também em BEIGUELMAN, P. A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro. São Paulo: Pioneira, 1968.

Nordeste deixarem de ser escravistas. Conrad afirma que

*“a tentativa para acabar com o comércio interprovincial não foi realizada pelo fato de novos e mais progressistas fazendeiros da província de São Paulo terem decidido rejeitar a escravatura em favor do trabalho livre. Ao contrário, como o próprio Moreira Barros (legislador paulista) revelou, a legislação proposta tinha por intenção deter esse tráfico para fortalecer o compromisso dos fazendeiros do norte, que estava sendo corroído tão rapidamente, para com o sistema escravocrata”.* (Conrad: 1975, p. 209).

Analisando o suposto desapego dos cafeicultores do Oeste Paulista em relação à escravidão, Jacob Gorender também refuta as afirmações no sentido de que estes teriam assumido desde muito cedo uma postura abolicionista, inclusive atuando conscientemente no processo de transição para o trabalho livre. O autor argumenta que o interesse dos cafeicultores paulistas pelo trabalho livre, projetando a formação e consolidação de um mercado interno, é posterior à própria abolição. O ‘desinteresse’ pela escravidão teria sido ocasionado pela própria resistência dos escravos que se intensificava na final da década de 1880. Segundo Gorender,

*“Através de decênios de um processo de experiências e erros, em que as reações dos próprios trabalhadores exerceram a influência principal, foi que os fazendeiros do Oeste Novo chegaram à fórmula ajustada ao estímulo da imigração em massa”.* (Gorender: 1992, P. 595).

Trabalhos mais recentes confirmam esta tese de que a resistência dos escravos teria sido um fator fundamental para a mudança de postura dos cafeicultores paulistas<sup>9</sup>.

Retornando a Jacob Gorender, encontramos uma interessante reflexão do autor acerca da articulação entre movimento republicano e abolicionismo. Ele afirma que, no Partido Republicano Paulista, republicanismo não se confundia com abolicionismo, ficando os elementos abolicionistas do partido marginalizados pela direção do mesmo. Segundo Gorender

*“À última hora e somente à última hora, é que os fazendeiros republicanos aderiram ao abolicionismo, ainda assim com um pé atrás e quando já haviam encaminhado, às custas dos cofres públicos, a solução imigrante”*. (Gorender: 1992, p. 596).

Gorender refere-se, inclusive, a alguns dados estatísticos que mostram que, em 1886, enquanto na zona cafeeira do Vale do Paraíba havia 43 361 escravos, no Oeste Antigo de São Paulo havia 52 952 e, no Oeste Novo um contingente ainda maior, de 67 036 escravos (Gorender: 1992, p. 586).

Diante de tais dados, torna-se impossível afirmar que nas áreas cafeeiras mais antigas o apego ao trabalho escravo seria maior, enquanto que nas áreas

---

9 – Dentre estes, destacam-se AZEVEDO, C. M. M. Onda Negra, Medo Branco. O Negro no Imaginário das Elites. Século XIX. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 e MACHADO, M. H. P. T. O Plano e o Pânico: Os Movimentos Sociais na década da Abolição. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994

de exploração cafeeira mais recente se operava a transição para o trabalho livre. Os números comprometem qualquer argumentação nesse sentido.

No entanto, mais importante que a força dos números, julgamos necessário ressaltar os elementos de caráter político e cultural contidos tanto na análise de Robert Conrad quanto na de Jacob Gorender. Em ambos os autores percebe-se claramente a postura escravista demonstrada pelos cafeeicultores, bem como o temor que sentiam diante da possibilidade da extinção da escravidão. É toda a formação de uma elite -social, cultural e política- cujo substrato social esteve desde sempre assentado sobre o trabalho escravo, enquanto elemento definidor da teia de relações sociais, que se manifestava naquele contexto, o que se pode observar nitidamente -especificamente em termos de política institucional- a partir da atuação parlamentar dos representantes da elite cafeeicultora em geral, que até o final de 1887 defendiam tenazmente a escravidão, conforme mostrou anteriormente R. Conrad.

O próprio Celso Furtado, quando compara os cafeeicultores com os componentes do setor agrário de outras regiões, não demonstra observar nos primeiros qualquer atitude política 'moderna' ou de 'vanguarda'. O que o autor destaca é simplesmente a percepção dos cafeeicultores em relação à possibilidade de usarem o Estado em proveito próprio, propósito este facilitado não só por sua condição econômica privilegiada, como também pela proximidade da corte. Segundo ele

*“Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que podia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político aos interesses de um grupo econômico alcançará sua plenitude com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República”.* (Furtado: 1967, p. 116).

Recorremos a José de Souza Martins para abordar alguns aspectos da imigração em São Paulo, bem como das relações de trabalho a que se submeteram os imigrantes, no sentido de delinear melhor alguns contornos da cultura política dos cafeicultores paulistas, mostrando também que, somente nas áreas de fronteira agrícola em expansão, tornava-se viável o recurso à mão-de-obra do imigrante, enquanto possível solução para o problema de substituição do trabalho escravo, tanto do ponto de vista do próprio imigrante -que poderia sentir-se atraído pela possibilidade, ou sonho, de ‘fazer a América-, quanto do ponto de vista do fazendeiro, que percebia a articulação do trabalho do imigrante com a expansão da cafeicultura.

Embora a imigração, em regra, não se destinasse diretamente à formação de novas lavouras, a garantia de suprimento de mão-de-obra era um aspecto fundamental do processo de expansão da cafeicultura. Nesse sentido, as condições de fertilidade dos solos virgens do oeste paulista contrastavam claramente com o esgotamento verificado no vale do Paraíba (Martins: 1981, p. 69).

Com efeito, o processo de formação de novos cafezais constituía-se em atividade interessante para o colono, uma vez que o mesmo poderia utilizar as

ruas formadas entre os cafeeiros para a produção de gêneros alimentícios, extraindo um excedente que poderia ser comercializado ou usado na criação de porcos e aves. Era usual também que a primeira colheita -ainda de baixa produtividade- fosse apropriada pelo colono. Deve-se ressaltar, no entanto, que o maior beneficiário dessas relações de trabalho era o próprio fazendeiro que, com um dispêndio insignificante -era também comum o pagamento de uma pequena quantia em dinheiro ao colono na entrega do cafezal-, teria, em quatro ou cinco anos, uma lavoura rentável à sua disposição (Martins: 1981, p. 73).

O sistema de colonato -fosse através das ‘colônias oficiais’, ou mesmo através das ‘colônias particulares’ instaladas no interior das próprias fazendas- visava a garantir o suprimento da mão-de-obra necessária ao funcionamento da lavoura cafeeira. Não se tratava, portanto, de transição para o trabalho assalariado, mas apenas de substituição da mão-de-obra escrava, com o estabelecimento de relações de trabalho não caracteristicamente capitalistas, processo vinculado, em boa parte, à expansão da lavoura cafeeira<sup>10</sup>.

Buscando articular a mudança nas relações de trabalho com possíveis mudanças comportamentais ou culturais, José de Souza Martins afirma que

*“As novas relações de produção, baseadas no trabalho livre,*

---

10 – MARTINS, J. S. op. cit. p. 66. Para maiores esclarecimentos sobre o regime de colonato, consultar p. 84 ss desta mesma obra.

*dependiam de novos mecanismos de coerção, de modo que a exploração da força de trabalho fosse considerada legítima, não mais apenas pelo fazendeiro, mas também pelo trabalhador que a ela se submetia. Nessas relações não havia lugar para o trabalhador que considerasse a liberdade como negação do trabalho; mas, apenas para o trabalhador que considerasse o trabalho como uma virtude da liberdade.*

*Uma sociedade cujas relações sociais fundamentais foram sempre relações entre senhor e escravo não tinha condições de promover o aparecimento desse tipo de trabalhador. Seria necessário buscá-lo em outro lugar, onde a condição de homem livre tivesse outro sentido”. (Martins: 1981, p. 18).*

Consideramos necessário, ou mesmo inevitável, estender as implicações da formulação acima exposta aos próprios fazendeiros. Se, segundo Martins, os trabalhadores -sobretudo o enorme contingente de ex-escravos- teriam dificuldades de introjetar novos valores relativos ao trabalho, ainda visto como sinônimo de trabalho escravo naquele contexto, conseqüentemente também os fazendeiros deveriam ter essas dificuldades. Como não se operou uma substituição dos fazendeiros ‘buscando em outro lugar’ padrões já habituados às novas relações de produção, entende-se facilmente que as relações dos fazendeiros com os imigrantes tenham sido, inicialmente, muito difíceis, sobretudo para os últimos, implicando em revoltas de colonos, bem como em questões diplomáticas com os países de origem desses trabalhadores.

Na verdade, um pouco mais adiante, o próprio autor incorpora essa questão referente à mentalidade dos fazendeiros à sua obra, embora baseie suas conclusões em análises de viés mais especificamente econômico. Segundo ele

*“Ao contrário do que parece crer a maioria dos autores que tem feito referências à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, essa passagem foi relativamente complicada e tensa (...) A mentalidade do fazendeiro tinha, pois, raízes sociais definidas e expressava a forma de capital que estava na base de seu empreendimento. Isso valia tanto para os fazendeiros do Vale do Paraíba quanto para os do ‘oeste’ de São Paulo, onde justamente havia claras dificuldades para incorporar o imigrante ao trabalho das fazendas”.* (Martins: 1981, p. 61).

Acreditamos que o debate historiográfico acima recuperado nos permite concluir que carecem de fundamento as formulações da chamada ‘historiografia paulista’ acerca do suposto diferencial existente entre os cafeicultores do Vale do Paraíba e os do Oeste Paulista, especificamente no tocante à questão da escravidão. Introjção de valores capitalistas, desapego à escravidão, vanguardismo imigrantista, são supostos atributos que não devem ser vistos de forma irrefletida, acrítica ou descontextualizada. Embora a refutação de tais formulações pela historiografia nos pareça convincente, trabalharemos, no próximo capítulo, com uma série de edições do periódico “O Vassourense”, que irão nos esclarecer de que maneira este órgão de imprensa de Vassouras -importante pólo cafeicultor do Vale do Paraíba

fluminense- expressava, naquele contexto -anos 1880-, os debates acerca da questão da transição para o trabalho livre.

## OS BARÕES E A ABOLIÇÃO

### II - NEM ARISTOCRACIA NEM BURGUESIA

- Vassouras se Expressa -

Neste capítulo iremos abordar as edições do “Vassourense” publicadas entre 1884 e 1890. Antes de iniciarmos a abordagem específica dos artigos, faremos a exposição de alguns dados biográficos dos principais articulistas do jornal, buscando mostrar sua inserção na sociedade vassourense, o que, segundo entendemos, nos permitiria caracterizar o periódico, senão como órgão representativo dos interesses da elite de Vassouras, ao menos como fórum de debates sobre as questões que mais profundamente afetavam esse segmento social no contexto por nós analisado.

Julgamos adequado começar pelo próprio fundador do “Vassourense”. Para tanto, recorreremos à obra “Lucindo Filho”, de Rudy Mattos Silva<sup>11</sup>. Segundo este autor, Lucindo Filho foi médico, musicista, poeta, professor, político e jornalista -fundador dos periódicos “O Município” e “O Vassourense”. No decorrer de sua existência, esse vassourense adotivo exerceu

*“ (...) Diversos cargos como suplente de Juiz Municipal e de Órfãos, jurado no tribunal do Júri, delegado de polícia substituto e outros. Em 1891 foi indicado para concorrer à eleição como deputado à Assembléia Estadual, não logrando concretizar essa determinação devido ao golpe de estado havido na ocasião.*

*Onde se pode verificar a participação eficiente de Lucindo Filho*

---

11 – R. M. Silva é autor de vários livros sobre Vassouras e, particularmente, sobre figuras de maior destaque na história da sociedade vassourense, ou seja, as chamadas “personalidades vassourenses”.

*na defesa dos interesses vassourenses, é nas colunas de seu jornal, “O Vassourense”.* (Silva: 1998, p. 23).

Destacam-se entre suas lides políticas mais freqüentes, a resistência intransigente aos projetos de desmembramento do território do município de Vassouras, nas quais nem sempre teve êxito.. Outro foco da atuação jornalística de Lucindo Filho foi a administração do município. Seu empenho em defender a correta administração da coisa pública resultou em diversas rurgas com a Câmara Municipal, freqüentemente registradas nas páginas do “Vassourense”. Percebe-se, portanto, que sua atividade política esteve sempre articulada com sua atividade jornalística, e em perfeita consonância com os interesses do município onde viveu e atuou. Suas “cobranças” em relação à atuação da Câmara eram mais freqüentes em relação a aspectos relativos à saúde e saneamento -talvez em função de sua formação acadêmica.

Quanto a estas atividades mais especificamente jornalísticas, destaca-se, inicialmente, sua marcante participação na fundação do jornal “O Município”, primeiro jornal a entrar em circulação em Vassouras, cujo primeiro número saiu em 15/06/1873. Compunham a equipe de redatores, além do próprio Lucindo Filho, Rodolfo Leite Ribeiro, Herculano de Figueiredo e Alberto Brandão, dos quais trataremos mais tarde, exceto Herculano de Figueiredo, de quem não conseguimos informações. Lucindo Filho fundou também “O Vassourense”, cujo primeiro número saiu em 19/02/1882 e circulou sem interrupções até o ano da morte de seu fundador, 1896.

Lucindo Filho sempre demonstrou um posicionamento favorável à abolição, embora manifestasse essa postura de forma equilibrada em seu periódico, o que, ainda assim, lhe rendeu algumas críticas esporádicas. Estas críticas -jamais omitidas nas páginas do “Vassourense” e em relação às quais o fundador e principal redator do jornal sempre procurou se explicar claramente- eram expressas sobretudo por parte daqueles fazendeiros que talvez não compreendessem que suas manifestações positivas acerca do trabalho livre se inseriam num quadro mais amplo, de profunda inquietação com a crise da lavoura valeparaibana, em particular da lavoura vassourense, foco maior de suas preocupações.

Quanto à República, o fundador do “Vassourense” jamais se posicionou claramente enquanto durou o regime monárquico. No entanto, mesmo tendo sido condecorado pelo governo imperial pela sua participação na Guerra do Paraguai, seria um grande equívoco atribuir à ele uma postura monarquista.

Entendemos por bem aprofundarmos um pouco mais nos dados acerca de Lucindo Filho, em função de sua importância para a imprensa vassourense, enquanto fundador dos mais expressivos periódicos que circularam durante o contexto histórico por nós analisado. A seguir, trataremos de outros articulistas, começando por Alberto Brandão.

Não tendo concluído o curso de Direito “*devido a uma moléstia nos olhos*”, segundo R. M. Silva, Alberto Brandão

*“Notabilizou-se como professor, fundando em Vassouras um colégio que se tornou célebre, o Colégio Brandão (...).*

*Ocupou vários cargos administrativos e políticos importantes, como Diretor de Fazenda no Estado do Rio, Deputado Provincial no Império, filiado sempre ao Partido Liberal, Deputado Federal do Rio pela primeira legislatura republicana.*

*Fundador da imprensa em Vassouras, juntamente com Rodolfo Leite, Lucindo Filho e Herculano Figueiredo”. (Silva: 1999, p. 14).*

A seguir, trataremos de Jorge Pinto, outro importante articulista do “Vassourense”. Segundo R. M. Silva,

*“Jorge Alberto Leite Pinto, foi médico, jornalista, escritor e poeta. Filho do Dr Manuel Simões de Souza Pinto e Mariana Olímpia Leite Pinto. Seu pai, natural de Portugal, foi conceituado advogado do Fórum Vassourense, formado em 1859 na Academia de São Paulo e sua mãe era filha do Dr. Domiciano Leite Ribeiro, Visconde de Araxá, de quem, conseqüentemente, Jorge Pinto era neto.*

(...)

*Com o irmão, Domiciano Leite Pinto, advogado formado em 1893 na Faculdade de Direito de São Paulo, dirigiu o jornal “A Mocidade” (...) e com Alfredo Pujol, “A Quinzena”.*

*Colaborou em prosa e verso nos jornais vassourenses “O Município” e “O Vassourense”.(Silva: 1999, p. 97).*

Um outro importante colaborador do “Vassourense” foi Rodolfo Leite

Ribeiro, filho de Domiciano Leite Ribeiro, visconde de Araxá. Segundo R. M. Silva, este articulista, formado em Direito pela Academia de São Paulo, em 1865 exerceu a advocacia em Vassouras, tendo também exercido os cargos de promotor e juiz municipal (Silva: 2002, p. 169).

Sobre Domiciano Pinto, outro colaborador do “Vassourense”, sabe-se que era irmão de Jorge Pinto, portanto, também era neto do Visconde de Araxá e filho do advogado Dr Manuel Simões de Souza Pinto. Atuou como jornalista em Vassouras, vindo a bacharelar-se em Direito em 1893, na Academia de São Paulo (Silva: 1999, p. 55/56).

Um outro importante colaborador do “Vassourense” foi José de Avellar Fernandes. Neto dos barões do Ribeirão, casou-se com Mariana Leite Pinto, irmã dos articulistas acima referidos e também neta do Visconde de Araxá. Foi poeta e advogado, formado pela Academia de São Paulo (Silva: 1999, p. 100).

Por fim, temos Domingos Alves de Almeida, um outro colaborador do “Vassourense”, que também era advogado, igualmente formado pela Academia de São Paulo, que exerceu o cargo de vereador e, como tal, foi presidente da Câmara Municipal de Vassouras (Silva: 1999, p.56).

Ignácio Raposo, em sua obra sobre a história de Vassouras<sup>12</sup>, refere-

---

12 – RAPOSO, I. História de Vassouras. Niterói: SEEC, 1978. p. 158.

se a tentativa de fundar um jornal naquele município, feita por um jornalista da capital da província, que teria sido abortada por falta de apoio das lideranças locais. O apoio negado então por Joaquim José Teixeira Leite<sup>13</sup>, teria sido justificado pelo mesmo no sentido de evitar o risco de que, através da imprensa, se pudesse fomentar intrigas e desavenças no interior da comunidade vassourense.

A partir de tais afirmações, podemos supor que a imprensa só se estabelece em Vassouras com o beneplácito das lideranças locais, o que nos permite inferir que o periódico por nós analisado, longe de se constituir num instrumento de confronto com a elite de Vassouras, funciona, na verdade, como um fórum de debates acerca dos principais problemas que afetavam a vida dos vassourenses, entre os quais encontrava-se em absoluto destaque a situação crítica por que passava a lavoura na década de 1880, conforme podemos observar nas análises específicas dos artigos feitas a seguir.

Antes de abordarmos especificamente os artigos, gostaríamos de nos reportar a Richard Graham<sup>14</sup>, que nos mostra a importância dos bacharéis

---

13 – Advogado, Joaquim José Teixeira Leite foi “vereador e presidente da Câmara Municipal de Vassouras, deputado provincial, presidente da Assembléia Fluminense, deputado geral e Vice-Presidente da Província do Rio de Janeiro”. SILVA, R. M. Galeria das Personalidades Notáveis de Vassouras. Vassouras: EVSA, 2002. p. 114/115.

14 – GRAHAM, R. Clientelismo e Política no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

em direito nos quadros da elite brasileira do século XIX, desempenhando um papel de suma importância no processo de formação e de consolidação da sociedade imperial brasileira, perpetuando valores relativos à hierarquia e ao paternalismo, no interior de um jogo de poder marcado pelo clientelismo.

Segundo Graham,

*“Ao solidificar a unidade nacional, o Império contou especialmente com esses bacharéis, com sua formação, educação e experiência semelhantes. Nem todos viriam a se tornar juízes ou mesmo advogados, pois apenas a faculdade de direito proporcionava o equivalente a um curso de Humanidades no Brasil; muitos diplomados ingressavam no jornalismo ou buscavam outras profissões. As faculdades de direito supriam os quadros políticos de todo o país, e a maioria dos políticos era formada nessas faculdades.*

*Uma origem social correta costumava caracterizar esses graduados, fato de grande importância para se compreender quem detinha o poder no Brasil do século XIX”.* (Graham: 1997, p. 97).

Raquel Glezer também aborda a ação dos bacharéis, buscando mostrar *“o papel fundamental desempenhado por muitos deles na formação da cultura nacional”*. Segundo esta autora

*“Na prática, a formação jurídica dada pelo menos na Academia de Direito do Largo de São Francisco em São Paulo –onde estudou boa parte dos articulistas do “Vassourense”- serviu para tornar os bacharéis fiéis*

*servidores do Estado, pela complexa teia de relações sociais entre a elite dominante e o aparelho de Estado em criação e implantação*". (Glezer, 1992, p. 29).

Devemos ressaltar, no entanto, que os autores acima citados deixam entrever, em suas colocações, que percebem, pela natureza mesma de sua abordagem, uma certa unidade no comportamento dessa elite. Não nos foi possível, entretanto, chegar a essa mesma percepção, no contexto de crise por nós analisado.

Julgamos importantes as referências acima expostas, uma vez que boa parte dos articulistas, ou eram advogados, ou tinham familiares com essa formação. Entretanto, a despeito de toda a evidente vinculação dos articulistas do "Vassourense" com a elite local, há algumas questões em aberto que não nos permitem afirmar que este órgão de imprensa se constituiu num instrumento de expressão dessa elite.

Em primeiro lugar, é pouco provável que o estrato superior da sociedade vassourense, que chamamos de elite, formasse um bloco monolítico, seja em termos de professar uma mesma visão dos problemas daquele município -ou mesmo da província, como um todo-, seja em vislumbrar um mesmo caminho para a solução desses problemas. Se estendermos esse raciocínio a uma abordagem mais abrangente da sociedade provincial, a possibilidade de se detectar uma visão homogênea dos problemas

torna-se ainda mais distante -a análise de alguns artigos do “Vassourense”, bem como do último relatório da presidência da província torna possível perceber, com mais clareza, visões possivelmente divergentes no interior da elite<sup>15</sup>. Nesse sentido, algumas perguntas permanecem sem resposta. Embora pareça haver um consenso em relação à importância da atividade agrícola para a economia, tanto vassourense, quanto provincial, -e preservar a economia fluminense talvez fosse um objetivo comum à toda a elite-, preservar a lavoura significaria absolutamente preservar a grande lavoura? A imigração era vista de forma homogênea pela elite vassourense e fluminense exclusivamente como forma de resolver o problema da mão-de-obra na grande lavoura?<sup>16</sup>

Em segundo lugar, e partindo da questão do pouco provável monolitismo da elite, não é possível aquilatar em que medida as idéias expressas nas páginas do “Vassourense” -fossem sobre técnicas agrícolas, organização dos lavradores ou imigração- eram comungadas, ou aplicadas pelos cafeicultores vassourenses.

---

15 – A análise dos referidos artigos será feita ao final desse capítulo, enquanto que os relatórios da presidência da província do Rio de Janeiro serão analisados no capítulo III.

16 – O último relatório da presidência da província do Rio de Janeiro mostra uma visão bastante diversa dessa, conforme poderemos observar no capítulo III. Naquele documento transparece uma preocupação maior com a formação da nação do que com a mão-de-obra.

Por outro lado, parece pouco adequado supor que o público leitor do periódico fosse composto por um contingente que extrapolasse, de forma substancial, o universo dos cafeicultores e seus familiares. Afinal, Vassouras não era a corte, portanto, tudo indica que a vida urbana não se desenvolvesse lá de forma desvinculada, ou mesmo em oposição à elite cafeicultora. Os debates que tiveram como veículo o “Vassourense” naquele período, certamente se inseriam no universo cultural da elite local, cujos suportes - escravidão, paternalismo, clientelismo- não eram estranhos aos estratos superiores da sociedade imperial de outras regiões, embora num contexto de crise dificilmente se possa perceber um comportamento único desse segmento social em relação aos seus problemas mais prementes<sup>17</sup>.

Passemos agora, então, à abordagem dos artigos do “Vassourense”, a partir dos temas selecionados. O primeiro se refere às **técnicas de agricultura**.

São frequentes as referências, sobretudo na seção “Agricultura”, aos problemas da lavoura, ora numa perspectiva mais local, municipal, ora numa perspectiva mais abrangente, colocando em debate os problemas de toda a lavoura fluminense.

Entre os aspectos abordados com mais frequência, destaca-se a

---

17 – Sobretudo se levarmos em conta as condições políticas e econômicas de cada província, conforme vimos na argumentação de J. S. Martins acerca da relação entre fronteira agrícola em expansão e imigração, bem como na abordagem da “política de imigração” da província do Rio de Janeiro.

necessidade de diversificação das atividades agropecuárias. Em várias edições, encontramos sugestões específicas sobre o cultivo da mandioca (10/05/1885), orientações técnicas para o cultivo da baunilha (04/07/1886), da soja (15/06/1884), do inhame (25/09/1887) e da uva (30/10/1887). Encontramos referências sobre a necessidade de se incrementar o cultivo da cana de açúcar (03/10/ 1886 e 13/ 02/ 1887) e a criação de gado (07/09/1884).

Referências sobre a necessidade de se aperfeiçoar e aumentar a produtividade da atividade cafeeira são ainda mais frequentes. Estas referências vão desde a divulgação de técnicas para a extinção dos formigueiros (05/03/1885), ou para a extinção da ‘praga do café’ (03/08/1884), até a menção à necessidade de se promover melhorias nas estradas existentes dentro das propriedades, visando a baixar os custos do transporte (07/02/1884).

Outro problema freqüentemente destacado pelo periódico é o do solo. Numa das edições analisadas, foi publicado um artigo sobre a necessidade de adubação com ‘superphosphato’, nutriente ainda hoje largamente utilizado na correção do solo. Diz o artigo:

*“É preciso que os nossos agricultores se convenção que não há terra cansada, que somente existe entre elles a ignorância das salutareis leis de restituição, isto é, que a terra, como o homem, precisa alimentar-se para produzir”.*( O Vassourense, 09/03/1884, p. 4).

Um outro artigo que merece destaque, intitulado “Terras Cansadas”,

versa sobre a complexidade da adubação, mostrando a diversidade de nutrientes necessários a uma boa produtividade do solo, bem como os problemas que a falta de apenas um deles acarreta (13 e 20/04/1884). Por fim, temos uma abordagem sobre a utilização do estrume de ovelha, destacando-se as grandes vantagens do uso desse adubo orgânico (21/11/1886).

Para além das referências feitas por Humberto Machado -abordadas no primeiro capítulo deste trabalho- sobre a busca de inovações técnicas, percebemos também, pela análise do periódico, que a preocupação com a necessidade do recurso às técnicas agrícolas estava presente no universo cultural dos lavradores vassourenses. Não podemos afirmar, com isso, se as referências constantes do periódico se aplicaram, efetivamente, em maior ou menor medida à lavoura. Mesmo porque as condições concretas para a sistemática implementação das referidas técnicas, ou de parte delas, não eram favoráveis na região, sobretudo se considerarmos a necessidade de investimentos, praticamente impossíveis de serem efetivados numa conjuntura de baixíssima oferta de crédito. Isto porque

*“... a abolição (ou já na década de 1880 somente sua ameaça) tolheu a posição competitiva dos cafeicultores do Vale no mercado de crédito”.* (SLENES, R. 1986, p. 135).

\*\*\*

O segundo tema selecionado por nós se refere à **organização dos lavradores**. São raras as referências do periódico a esse tema, o que nos

permite depreender -não apenas pelo aspecto quantitativo, mas pela própria análise do conteúdo dos artigos- que, nesse aspecto, os lavradores vassourenses estiveram distantes de chegar a um consenso sobre uma estratégia associativa como meio mais indicado para lutar por seus interesses. Não podemos olvidar que se tratava de uma sociedade clientelista, cujas

*“...raízes aprofundavam um sistema social antigo, baseado no final de contas em relacionamentos familiares e interpessoais constituídos ao longo de muito tempo”*. (Graham: 1997, p. 22/23).

Certamente não será difícil compreender que, numa sociedade marcada por tais valores, a organização civil como meio de resolver problemas coletivos, ou mesmo de pressionar o Estado, talvez não fosse mesmo uma estratégia vista como a mais adequada, ou mesmo um valor cultural de peso.

As iniciativas, ou tentativas, de organização dos lavradores vassourenses parecem corresponder a momentos específicos em que se acentuavam suas preocupações, sempre centradas na questão da mão-de-obra, conforme podemos observar na convocação para a assembleia de fundação do

#### **Club da Lavoura:**

*“Ante o difícil problema que ora preocupa todas as classes -a substituição do trabalho escravo pelo livre-, não podião nem devião os lavradores, principaes interessados, conservar-se inactivos. A ninguém é dado pensar na legitimidade do elemento servil, mas legítimo ou illegítimo é um facto garantido pelas leis pátrias: é infelizmente uma propriedade de*

*longa data estabelecida, cujas terríveis conseqüências não podem ser de chofre lançadas à conta da geração actual (...)*

*O movimento emancipador calmo e reflectido não deve ser substituído pelo insofrego e desordenado abolicionismo, descurado da sorte dos próprios a quem pretende proteger: contel-los nos limites da legalidade, não poupar esforços por solver-se a questão sem o descalabro das fortunas pública e particular e sem os inconvenientes de uma liberdade ex abrupto, convém que seja o pensamento de todo o verdadeiro patriota”. (O Vassourense, 25/05/1884).*

Parece-nos claro, pelo exposto, que os lavradores vassourenses mostram-se favoráveis à transição para o trabalho livre, desde que a partir de um processo gradual de emancipação, mantendo sempre sob controle dos proprietários o fator mão-de-obra. Mais do que a ‘propriedade de longa data estabelecida’ sobre o escravo, busca-se preservar as ‘fortunas pública e particular’, o que demonstra, segundo entendemos, uma visão mais abrangente, que abarca a economia nacional como um todo. Percebemos um temor em relação à desorganização da produção, baseado na possibilidade de não provimento do fator mão-de-obra.

Mesmo buscando a organização como instrumento de pressão junto ao poder público, os aspectos clientelistas permanecem claros entre os lavradores vassourenses, o que se evidencia nos Estatutos do Club da Lavoura:

*“Art 3º. – Para preencher os fins de que trata o número 2 do artigo 1º., incumbe-lhe:*

*Parágrafo 2º. – Influir quer pelo uso do direito de petição quer pela imprensa, pelo voto, finalmente pelas relações e posição de seus associados (grifo nosso) afim de que seja sempre ouvida e considerada pelos Poderes do Estado a opinião da lavoura na decretação de reformas, que entendão com os grandes interesses por ella representados”. (O Vassourense, 29/06/1884).*

A publicação dos Estatutos do Club da Lavoura estende-se ainda por outras três edições do periódico. Quanto à citação acima, acreditamos que a primeira expressão grifada venha mostrar, mais uma vez, a disposição dos lavradores vassourenses em se utilizar da imprensa enquanto instrumento de expressão de seus interesses. Já a segunda expressão caracteriza o clientelismo típico da sociedade imperial brasileira, conforme salientamos anteriormente<sup>18</sup>.

Menos de um ano depois da criação do Club da Lavoura, “O Vassourense” publica um artigo no qual é feito um balanço de suas “atividades” -se é que se pode usar esse termo-, traçando, ainda que superficialmente, um diferencial entre o Club local e outros Clubs do gênero. Segundo esse artigo. O Club vassourense não pretendeu, como seus congêneres, deter a marcha da emancipação, mas

*“ ... Guial-a em seu desenvolvimento de modo a tornal-a menos perigosa em sua marcha fatal e irresistível (...)*

---

18 – GRAHAM, R. op. cit.

*Entretanto, peza-nos dizer, tão bella criação não passou de uma tentativa; apenas houve uma só sessão do club (...)*

*O governo actual chamou a questão para sua logar próprio -o parlamento “.* ( O Vassourense, 15/02/1885).

Percebe-se, sobretudo na parte final da citação que, apesar das tentativas de organização visando à tomada de iniciativas próprias por parte dos lavradores vassourenses, o espaço considerado legítimo para se debater e resolver a questão da transição para o trabalho livre -e os problemas por ela suscitados- seria a política institucional. Entendemos que se manifesta, nesse caso, a representação que Norberto Bobbio descreve das

*“(...) Duas figuras do cidadão participante e do cidadão protegido que estão em conflito entre si às vezes na mesma pessoa: do cidadão que através da participação ativa exige sempre maior proteção do Estado e através da exigência de proteção reforça aquele mesmo Estado do qual gostaria de se assenhorear e que, ao contrário, acaba por se tornar seu patrão”.* (BOBBIO, N., 1987, p. 51/52).

Ocorre que, naquele contexto, o ‘patrão’ também se encontrava fragilizado, de modo que a simples transferência de atribuições do ‘privado’ para o ‘público’ não levou à solução do problema.

Uma última tentativa de resolver o problema da mão-de-obra, a partir da iniciativa dos próprios lavradores vassourenses, aconteceu em 20 de março

de 1888. Houve, nesta data, uma Reunião de Lavradores na qual os mesmos debateram intensamente a questão da mão-de-obra, na iminência da abolição, de cujo advento próximo estavam todos cientes, como podemos depreender da análise dos debates então travados.

Discutiu-se nessa reunião a necessidade de atrair trabalhadores, tanto nacionais quanto estrangeiros, como alternativa para suprir a lavoura vassourense. Os debates se aprofundaram, chegando ao ponto de se discutir qual seria o melhor sistema de trabalho livre. Segundo o artigo, em sua fala à assembléia de lavradores, o Barão de Santa Maria

*“Estuda os diferentes systemas de trabalho -jornal, parceria e empreitada- combate os dous primeiros e exalta as vantagens do de empreitadas.*

*Levanta o espírito dos lavradores acabrunhados pelos últimos acontecimentos de São Paulo e Campos e aconselha-lhes que se não deixem apoderar pelo pânico, pois têm confiança que o governo procurará salvar os interesses desta província”.* (O Vassourense, 25/03/1888).

Nota-se, nessa intervenção, que o temor gerado pelas rebeliões e fugas de escravos ocorridas em outras regiões atingia, ainda que indiretamente, os lavradores vassourenses. Percebe-se, também, a reafirmação de que a responsabilidade em relação aos problemas gerais da lavoura fluminense deveria recair sobre o poder público, mesma atitude percebida quanto à questão específica da imigração, conforme abordaremos mais adiante.

Nesta mesma edição do “Vassourense”, fica também clara a descrença de seus editorialistas quanto aos possíveis resultados práticos da reunião. Em editorial de tom evidentemente pessimista, o periódico demonstra não esperar nada de positivo dos debates quando afirma que

*“Ainda não se apagou da memória dos vassourenses, o CLUB DA LAVOURA, sobre que tanto se fallou e que afinal nada produzio”*. (O Vassourense, 25/03/1888).

Por tudo o que foi exposto acima, podemos perceber por parte dos proprietários vassourenses, uma consciência bastante clara dos problemas que os afligiam. Percebe-se também o caráter ainda tímido de suas tentativas de organização e uma certa indefinição entre as instâncias de abrangência do **público** e do **privado** que caracteriza a cultura da elite vassourense.

Destacamos, para concluir a abordagem deste tema, uma outra interessante referência às tentativas de organização dos lavradores, que envolve diretamente a questão da mão-de-obra e a transição para o trabalho livre, publicada na edição de 27/05/1888 do “Vassourense” -que poderia, inclusive, confirmar a condição de fórum de debates sobre a lavoura vassourense, ou mesmo fluminense, atribuída por nós ao periódico. Nesta edição, o Barão do Rio Bonito, após elogiar o papel desempenhado pelo “Vassourense” na luta em defesa da lavoura fluminense, pede aos seus diretores que disponibilizem espaço em suas colunas para discussões sobre a *“remuneração dos serviços que lhes cumpre propor aos libertos”* devido à inexperiência dos lavradores em assuntos dessa natureza. Manifesta-se, nesta

passagem, segundo entendemos, muito mais do que uma simples questão de definir valores salariais. Interpretamos essa afirmação como expressão da insegurança da elite senhorial diante do desconhecido, diante da necessidade de forjar novos valores -não nos referimos aqui, evidentemente, a valores pecuniários- e novas relações sociais, num contexto de crise.

\*\*\*

O terceiro e último tema selecionado por nós em nossas análises do “Vassourense”, refere-se à **questão da mão-de-obra e imigração**, embora já tenhamos começado a nos referir a este assunto ao final da abordagem do tema anterior.

A carência de mão-de-obra -concreta ou iminente- era considerada pelos lavradores vassourenses como um dos principais fatores da crise da lavoura. Nesse sentido, as páginas do “Vassourense” foram palco de um intenso debate acerca da abolição e da substituição do trabalho escravo, bem como sobre a imigração enquanto alternativa para a solução do problema.

Em 13/01/1884, o periódico exalta, em editorial, a fundação da Sociedade Central de Imigração em Paraíba do Sul. Parece tratar-se de uma sucursal da Sociedade Central de Imigração, criada no Rio de Janeiro, em 1883, que tinha por objetivo trazer imigrantes para formar colônias, baseadas no sistema de pequenas propriedades, e não para suprir de mão-de-obra a grande lavoura. Teríamos, nesse caso, um projeto diferenciado, voltado para a

democratização do acesso à terra<sup>19</sup>. Embora veicule a notícia, não podemos afirmar que o periódico estaria servindo como instrumento de defesa da tese da Sociedade Central de Imigração. É também interessante, nesse caso, que a própria Câmara municipal estipula uma quantia, a título de auxílio, para o estabelecimento de colonos no município.

No entanto, ao contrário do que se poderia supor, tal atitude não significava uma tendência que seria seguida pelo poder público, inclusive a nível provincial. Como se poderá perceber, pelo cotejo entre medidas legislativas e executivas emitidas pelo governo provincial no contexto da abolição, nada de substancial ou efetivo seria feito para estimular a imigração.

Ainda no ano de 1884, encontramos vários artigos versando sobre a substituição do trabalho escravo, com destaque para um artigo, publicado por partes, em três edições seguidas, a partir de 25/05/1884. Esse artigo, de autoria de Luiz de Castilho, que viria a desempenhar futuramente o cargo de Director Gerente do Engenho Central de Rio Bonito, é uma transcrição do Correio de Pádua, tratando dos problemas da lavoura fluminense e colocando a imigração como única saída para resolver o grave problema da mão-de-obra. Sobre o estado de espírito dos lavradores fluminenses, o articulista

---

19 – SANTOS, C. R. A. Abolicionismo e Desigualdades Sociais. In MOURA, A. M. S. e LIMA, C. A. M. Tempo - Espaço – Trabalho. Rio de Janeiro: Ana Maria Moura, 2002. p. 225/230.

entende que, já naquele contexto

*“Todos se achão propensos ao ensaio do trabalho livre, mas o mau êxito de algumas tentativas, talvez mal dirigidas por alguns de seus collegas, infundio-lhes justos receios e por esse motivo conservão-se em expectativa aguardando qualquer solução dos poderes públicos; expectativa fatal de que é preciso arrancar-os com toda a energia do mais devotado patriotismo, porque essa attitude é o mais grave erro de nossa lavoura, é como o debater-se da avesinha ao influxo magnético dos olhos da serpente”.* (O Vassourense, 25/05/1884).

Em 1885, “O Vassourense” publica, a partir de 04/01, um artigo de Louis Couty –amigo de Taunay, fundador da Sociedade Central de Imigração- cujo texto se estende por quatro edições, tratando das desvantagens do trabalho escravo, bem como das vantagens de se acenar aos imigrantes com a possibilidade de se tornarem proprietários, o que poderia funcionar como atrativo. Ainda nesse ano seriam freqüentes as referências aos escravos que deveriam ser libertos pelo Fundo de Emancipação e as críticas à demora na instalação da junta de classificação para definir as listas.

Em 1886 é publicado um edital com a relação dos sexagenários que deveriam ser libertos, que se estende por cinco edições, a partir de 06/06, totalizando 3 104 escravos. Na edição de 17/08/1884, um editorial que versava sobre a inevitabilidade da abolição e a diminuição do número de escravos no município de Vassouras, mencionava a quantia total de 5 182 escravos então existentes. Se cotejarmos os dois quantitativos, podemos

perceber não só o envelhecimento da população escrava, como também o reduzido número absoluto de escravos existentes em Vassouras, o que justificaria a enorme preocupação dos lavradores com a questão da mão-de-obra, bem como sua insegurança em relação à transição para o trabalho livre.

O debate sobre mão-de-obra e imigração se intensifica entre o final de 1887 e os primeiros meses de 1888. Neste contexto é retomada a abordagem sobre o regime de trabalho livre, conforme podemos observar na transcrição de uma matéria do *Jornal do Comércio* versando sobre a questão da mão-de-obra, publicada no “*Vassourense*” de 04/12/88, que conclui -embora sem entrar em maiores detalhes- que “*...o regimen de trabalho immigrante em São Paulo (...) parece agradar geralmente ao italiano...*” .

Ao iniciar-se o ano de 1888 passam a ser cada vez mais frequentes as referências à abolição, tanto à oficial, cujo advento se percebia iminente, quanto aos vários casos de libertação voluntária de escravos. Essas referências se intensificam ainda mais nos meses de março e abril, como numa espécie de “contagem regressiva” em relação ao fim da escravidão.

Na edição de 18 de março de 1888, “*O Vassourense*” publica um edital da justiça sobre dois escravos, de Niterói e Petrópolis, presos a um ano em Vassouras. Segundo o edital, ante a não apresentação de seus donos, os escravos seriam libertados por serem considerados abandonados. Esta edição faz referência, ainda, à chegada de imigrantes europeus para a Argentina e

para o Brasil, embora estes não se encaminhassem para a Província do Rio de Janeiro.

Na edição de 25 de março, o periódico destaca a Reunião de Lavradores -já referida anteriormente- ocorrida no dia 20 do mesmo mês, cujo ponto central de pauta era a questão da mão-de-obra, problema urgente a ser resolvido, de modo a “...*tornar mais suave o golpe que com certeza será vibrado, e que não se fará esperar, o da completa abolição da escravatura no Brasil*”. Esta passagem da Ata da reunião demonstra claramente não só a preocupação dos lavradores com o problema da mão-de-obra, como também sua percepção da iminência da abolição.

Outra referência interessante encontrada nesta mesma edição é feita ao Decreto Provincial número 2 927, de 02 de janeiro de 1888, que versava sobre regulamentação da imigração para a Província, o qual abordaremos de forma mais detida no terceiro capítulo deste trabalho.

Por fim, entendemos por bem destacar ainda uma outra referência feita nesta última edição do mês de março de 1888, a uma proprietária de nome Zeferina Adelaide das Chagas Werneck, que libertou voluntariamente 215 escravos e dispensou outros 38 de serviços que teriam ainda a obrigação de prestar.

Na edição de 08/04/1888 encontramos também interessantes referências envolvendo a questão da mão-de-obra. Uma delas noticia, mais

uma vez, a entrada de imigrantes no país. Encontramos ainda várias outras notícias relativas à libertação voluntária de escravos, tanto em outras províncias quanto no Rio de Janeiro, com destaque para o próprio município de Vassouras. Em várias dessas matérias há referência aos nomes dos proprietários, no entanto uma delas nos chamou particularmente a atenção. Trata-se de um proprietário de nome Augusto Cezar de Oliveira Roxo, comendador, que teria libertado cerca de 100 escravos e, na ocasião, dirigiu a eles um interessante discurso, exortando-os “*ao trabalho remunerado*”, sob a justificativa de que “*liberdade não significa indolência*”.

Percebe-se, pelo exposto acima, que os casos de libertação voluntária de escravos, longe de se tratarem de atos de magnanimidade e abnegação, inseriam-se, na verdade, no contexto das profundas preocupações dos proprietários vassourenses em relação ao provimento de mão-de-obra para a lavoura.

Ainda no mês de abril de 1888, encontramos mais referências à libertação voluntária de escravos e uma matéria comparando a entrada de imigrantes no Brasil no ano de 1878, 22 423 europeus, contra um total superior ao dobro, 54 980, que teriam entrado no ano de 1887 (edição de 15/04/1888). Encontramos ainda referência à libertação de escravos por ocasião de uma festa de casamento (edição de 22/04/1888), bem como notícias de que vários senhores estariam libertando seus escravos, com destaque para um proprietário de Paraíba do Sul, o conselheiro Carlos Afonso, que teria libertado seus 35 últimos escravos (edição de 29/04/1888).

No mês de maio de 1888 encontramos, na edição do dia 06, mais notícias sobre libertação voluntária de escravos e ainda uma matéria, baseada em notícia do Jornal do Comércio, sobre a diminuição do número de escravos na província de São Paulo. Na edição do dia 13 -concluída antes que se tivesse conhecimento da aprovação da abolição-, “O Vassourense” publica um interessante editorial intitulado *Sursum Corda*<sup>20</sup>. Este editorial - certamente visando a “elevar os corações” dos senhores de escravos vassourenses, sensibilizando-os em relação à necessidade de se extinguir a escravidão- exalta a abolição iminente, ressaltando que um grande número de fazendeiros do município de Vassouras haviam libertado seus escravos, com destaque para um certo Major Alfredo C. T. Leite, que teria sido efusivamente cumprimentado e recebido com banda de música na estação de Vassouras, por ter libertado seus escravos. Por fim, nesta mesma edição de 13/05, encontramos ainda uma referência à imigração como solução para a questão da mão-de-obra.

“O Vassourense” de 20/05/1888 é uma edição especial sobre a abolição, destacando as comemorações do “povo vassourense” festejando o fim da escravidão, ressaltando, no entanto que a Câmara Municipal teria permanecido fechada, não aderindo aos festejos.

---

20 – Esta expressão que, em latim, significa *Elevai os Corações* ou *Corações ao Alto*, consta da parte introdutória da missa, através da qual o padre busca reanimar os espíritos ou levantar os ânimos dos fiéis.

Teria sido a Câmara Municipal de Vassouras um reduto de ‘escravistas emperdenidos’, último bastião do escravismo naquele município? Não acreditamos em tal suposição, embora não possamos nos basear na pouco provável existência de unidade no seio da elite vassourense, conforme nos referimos anteriormente. Mesmo considerando a proposta feita pelo Barão de Sta Maria de enviar mensagem felicitando os deputados e senadores que votaram contra a abolição –registro feito na edição de 20/06/1888 do “Vassourense”- como um último ato de protesto contra a forma como a questão foi ‘resolvida’ pelo governo imperial. Isto porque, além da proposta não ter sido aprovada, a Câmara manifesta, posteriormente, de forma oficial, sua aprovação ao fim da escravidão. Aquela instituição lamenta apenas que a questão tenha sido encaminhada de forma que a lavoura fluminense não tivesse como vislumbrar, naquele momento tão importante de mudança, qualquer possível solução para a grave crise que atravessava.

\*\*\*

Destacaremos, por fim, três artigos publicados no “Vassourense”, envolvendo propostas de solução para a crise da lavoura fluminense, consideravelmente bem fundamentadas.

O primeiro deles foi publicado entre o final do ano de 1887 e o início de 1888 (edições de 18/12/1887 e 09 e 16/01/1888). O artigo tem por título

“O Crédito Rural e o Crédito Agrícola” e seu autor apresenta-se sob o pseudônimo de **Mosle** -acreditamos ser a inversão de sílabas do sobrenome Lemos que, infelizmente não conseguimos identificar como referência a algum dos usuais colaboradores do “Vassourense”.

Na primeira parte do artigo, seu autor faz referência a outros artigos de sua autoria anteriormente publicados -sem, no entanto, precisar a data ou mesmo o órgão através do qual vieram a público- e manifesta sua preocupação com a encruzilhada crítica em que se encontrava a lavoura fluminense, notadamente em relação ao problema do crédito e da mão-de-obra, problemas estreitamente interligados.

Diz o autor:

*“A lavoura do Sul não deve contar com o recurso dos escravos do Norte para o supprimento dos braços de que careça (...)*

*A imigração européia não poderá solver tão graves dificuldades (...)*

*Não antevemos outro meio para a transição do regimen do trabalho servil para o livre, senão na fundação das fazendas-escolas, que será não somente o complemento benéfico da Lei de 28 de setembro de 1871, como o roteiro para a lavoura conseguir o seu desideratum (...)*

*Nesta época lembrávamos à lavoura que cuidasse de introduzir o crédito rural e agrícola com organização adequada às suas necessidades presentes e futuras: a criação de escolas-fazendas, onde fossem*

*recebidos os orphãos, os desamparados, vagabundos, os libertos e ingênuos pela lei de 1871, aproveitando deste modo o elemento nacional e formando para a lavoura bons trabalhadores, regularmente instruídos, disciplinados e moralizados(...)*

*Ora, se os capitaes fogem de empregar-se na lavoura, se o emprego das letras hypotecarias e o regimen dos bancos actuaes não correspondem as suas necessidades, a que processos recorrer para organizar o crédito rural e agrícola?” (O Vassourense, 18/12/1887).*

A seguir, no restante do extenso artigo, **Mosle** desenvolve uma interessante e bem fundamentada argumentação, através da qual procura mostrar a urgente necessidade de se organizar tanto o crédito quanto o trabalho agrícola, enquanto fatores fundamentais para o reerguimento da lavoura fluminense, partindo do pressuposto de que a dívida hipotecária e a carência de mão-de-obra seriam as duas faces mais evidentes da crise.

O autor conclui seu arrazoado, elencando as medidas mais urgentes que deveriam ser implementadas para solucionar a crise da lavoura fluminense:

*“Ao crédito agrícola ligam-se a organização de um código rural que venha reprimir a vagabundagem;*

*As caixas econômicas e de seguro;*

*A protecção ao trabalho nacional, dando-lhe as mesmas garantias que ao immigrante;*

*O regimen de trabalho do liberto;*

*Leis sobre o trabalho das mulheres e das crianças desvalidas e ingênuas;*

*Reforma ao regimen do trabalho rural;*

*Reforma tributária;*

*Reforma do regimen dos actuaes bancos que queiram auxiliar a lavoura na transformação do trabalho;*

*Regulamentação entre os proprietários e colonos;*

*Associação entre os grandes e pequenos lavradores, commissários ou banqueiros, de modo a poderem superar a crise iminente, visto que, tratar-se nesta quadra de liquidações forçadas, e sustentar-se o regimen de desigualdade entre estas três classes, não é exercer a economia política, mas sim, o socialismo.” ( O Vassourense, 16/01/1888).*

Sua percepção tanto da crise quanto da iminência do fim da escravatura são bastante claras. Mais clara ainda nos parece a consciência do autor sobre as especificidades da lavoura fluminense, o que demandaria também alternativas específicas para a reversão do quadro de decadência que se manifestava.

Os outros artigos são de autoria de Alberto Brandão, então Director de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro. No primeiro caso, trata-se de uma carta datada de 04/01/1890, dirigida ao governador, na qual propõe duras medidas e repressão à vadiagem, a instituição de um imposto territorial -em substituição aos 4% cobrados sobre a exportação do café-, bem como o estabelecimento de instituições regionais de crédito, visando prover os

lavradores de capital de giro, sobretudo para fazer frente à necessidade de remunerar os trabalhadores. O autor da carta justifica suas proposições a partir do potencial da economia fluminense, procurando mostrar que a mesma

*“(...) Só carece de trabalho para aproveitamento do muito que a lavoura acumulou e de instituições de créditos locais, onde o lavrador encontre meios fáceis de satisfazer seus compromissos para com os assalariados”* “O Vassourense, 12/01/1890).

No tocante à necessidade de repressão à vadiagem, Alberto Brandão afirma o seguinte:

*“A primeira medida resultará da aplicação da lei (art. 295 do Código Criminal) de modo que os libertos de 13 de Maio voltem aos estabelecimentos abandonados e assim também sejam contidos todos aqueles, qualquer que seja a sua origem, que não concorrem para a riqueza nacional (...)*

*É necessário, cidadão governador, suffocar o sensibilismo, que domina a alma brasileira, e encarar de frente o problema de organização do trabalho do Estado do Rio de Janeiro”* (O Vassourense, 12/01/1890).

Na edição de 26/01/1890, o mesmo Diretor da Fazenda faz uma outra exposição ao governador, reafirmando a necessidade de se substituir o imposto sobre a exportação do café pelo imposto territorial e insiste na necessidade de se reprimir a vadiagem, buscando justificar sua posição -a partir de protestos publicados em jornais da capital -Cidade do rio e Gazeta de Notícias- a partir de uma discussão envolvendo as principais teorias econômicas então existentes no mundo -Smith, Malthus, S. Mill e outros.

Após expor seu arrazoado teórico sobre a questão da vadiagem, o autor do artigo conclui afirmando:

*“Não pretendi nunca, e a imprensa aceitou minha explicação, forçar pela lei aptidões; não podia passar por meu espírito a idéia de reescravisar uma raça, por cuja libertação combati sempre.*

*O que desejo e o mesmo desejam todos os homens experientes é que como na República Argentina, como nos Estados Unidos e na Clássica Suíça o homem válido seja aproveitado para a pátria e não eliminado pela miséria”* (O Vassourense, 26/01/1890).

Quanto à questão tributária, respondendo a críticas publicadas na imprensa em relação à sua proposição, o autor admite a impossibilidade de se organizar um cadastro das propriedades rurais, em virtude da imprecisão das informações disponíveis. Insiste, porém, em sua proposição, procurando mostrar que, na impossibilidade de se instituir o cadastro, um registro seria suficiente -a exemplo de medida semelhante tomada em Singapura- para se operar a mudança na cobrança de impostos. Diz o autor:

*“A talentosa redação do Dia em sensato artigo combateu a oportunidade do lançamento de um imposto territorial, que lembrei para substituir a taxa de 4% sobre o café.*

*É na verdade indispensável valorizar-se a terra organizando o trabalho, atraindo o imigrante, estabelecendo o registro por declarações voluntárias, como lembrei, para reformar-se de vez o nosso sistema de impostos”* (O Vassourense, 26/01/1890).

Quase dois anos após a extinção da escravatura, a questão do provimento de mão-de-obra –estritamente ligada à questão do crédito- ainda se coloca na ordem do dia das principais preocupações, tanto com o presente quanto com o futuro da lavoura fluminense.

\*\*\*

**Mão-de-obra e crédito**, segundo se depreende, seriam os dois pontos de estrangulamento da lavoura vassourense -e mesmo fluminense. Enquanto porta-voz da lavoura vassourense, ou fórum de debates acerca de seus problemas, “O Vassourense”, nas edições analisadas por nós entre 1884 e 1890, converge para esse binômio.

A busca de inovações em relação às **técnicas de agricultura** -esperamos ter deixado claro que essa questão não era avessa ao universo cultural dos lavradores vassourenses- esbarraram principalmente no fator crédito, conforme mostramos anteriormente. Por outro lado, a questão da utilização de novas técnicas articula-se também estreitamente ao fator mão-de-obra, uma vez que as inovações eram vistas principalmente como uma possibilidade de substituir a mão-de-obra antes destinada ao transporte e beneficiamento, direcionando-a predominantemente para a lavoura propriamente dita.

Quanto à **organização dos lavradores**, percebemos que, embora os lavradores vassourenses não considerassem a estratégia associativa como um

valor, nos poucos momentos em que eles procuraram se organizar, era a questão do trabalho a sua principal preocupação. A organização do Club da Lavoura, em 1884, e a Reunião de Lavradores de março de 1888 mostram-no claramente.

Em relação às referências específicas à **mão-de-obra e imigração**, fica também claro, sobretudo a partir dos últimos artigos analisados, que, se não se resolvesse o problema do crédito, a questão vista como crucial para se procurar reerguer a lavoura fluminense, a da mão-de-obra, permaneceria também sem solução. Embora divergissem um pouco em relação à importância do imigrante europeu, os dois articulistas convergem no sentido de considerarem **crédito** e **mão-de-obra** como fatores primordiais de uma possível recuperação da lavoura fluminense.

A reforma tributária que Mosle e Alberto Brandão propõem, visa desatar o nó que ainda embaraçava não somente o desenvolvimento, mas a própria sobrevivência da lavoura, pois se as garantias dos empréstimos recaíam sobre a propriedade escrava, sem escravos, não havia mais crédito<sup>21</sup>. Se não havia capital para cobrir as despesas para o

---

21 – Cumpre ressaltar, no entanto, que o conjunto de medidas propostas, particularmente por Alberto Brandão, embora tivessem o objetivo declarado de *valorisar* a terra, provocariam, se colocadas em prática, efeitos colaterais. Se, por um lado, com o incremento às instituições de crédito locais buscava-se resolver o problema do crédito, por outro lado, o imposto territorial poderia onerar a terra, servindo mesmo como instrumento de promoção da reestruturação fundiária. Poderíamos estar, também neste caso, diante de uma proposta não explicitada de democratização do acesso à terra.

estabelecimento de trabalhadores livres -sequer para o pagamento de salários-, o recurso poderia ser a imigração subvencionada. Analisaremos, no próximo capítulo, como esta questão foi encaminhada pelo Governo Provincial.

## OS BARÕES E A ABOLIÇÃO

### 4 - O 'MOMENTOSO ASSUMPTO'

- O Poder Provincial se Expressa –

Neste capítulo analisaremos a legislação emitida pela Província do Rio de Janeiro acerca da imigração; as demandas do governo provincial junto ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; as respostas do Ministério a estas demandas; bem como, através da análise dos Relatórios da Presidência da Província do Rio de Janeiro enviados à Assembléia Legislativa Provincial, as medidas efetivamente implementadas pelo executivo provincial no sentido de tentar solucionar o problema da mão-de-obra. A emissão desses documentos ocorre no período compreendido entre os meses de julho de 1887 e outubro de 1889, período esse que se estende, portanto, dos momentos finais da escravidão até os momentos mais críticos da lavoura fluminense, quando o problema específico da mão-de-obra a atinge mais profundamente.

Vamos analisar cada documento, pela ordem cronológica de sua emissão, buscando compreender, através da seqüência de ações legislativas e executivas, em que medida as demandas da lavoura fluminense encontraram respaldo nos poderes públicos<sup>22</sup>.

\*\*\*

---

22 – Os dados de nossa abordagem poderão contribuir para uma análise comparativa entre o papel desempenhado pelos governos provinciais de São Paulo e Rio de Janeiro em relação à questão da substituição da mão-de-obra escrava.

### 3.1 - Documentos Ministeriais

Em 28/07/1887, o Ministério da Agricultura, Commércio e Obras Públicas emite um Aviso Ministerial, especificamente destinado ao Presidente da Província do Rio de Janeiro, versando sobre um programa de incentivo à imigração. Segundo esse programa, o Ministério se encarregaria de fazer o reembolso das despesas de viagem de imigrantes custeadas pelo governo provincial, segundo quantias previamente estipuladas.

Em 03/12/1887, o mesmo Ministério emite um outro documento<sup>23</sup> em resposta ao ofício do Presidente da Província do Rio de Janeiro ao Ministério. Esse documento ministerial define condições para o incentivo à imigração e, particularmente, para o estabelecimento de núcleos agrícolas:

*“Reconhecendo este Ministério a necessidade de promover a immigração, como elemento de progresso moral e material e o mais importante factor de transição do trabalho agrícola, não posso deixar de conceder a V. Exa. A autorisação que pede a fim de facilitar a vinda de 3 000 famílias, fazendo-se o pagamento das passagens nos termos do aviso deste ministério de 28 de julho último”.*<sup>24</sup>

---

23 – Sobre este documento, há uma divergência em sua classificação pela própria fonte. Ora é tipificado como Ofício, ora como Aviso.

24 – Collecção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do governo da Província do Rio de Janeiro – 1888 0 vol. I. Rio de Janeiro– Typographia da Papelaria Parisiense – 1888. Biblioteca Nacional. p. 585.

Pelo exposto acima, é possível depreender-se que o governo imperial não se furtou em colaborar com o governo provincial fluminense em suas propostas no sentido de resolver o problema da mão-de-obra. Através do ministério competente, mostrou-se disposto a cumprir o papel que lhe era destinado, ou seja, o repasse de verbas para reembolso das despesas de viagem dos imigrantes. As outras ações -normatização, execução e fiscalização-- relativas ao estabelecimento dos imigrantes deveriam ficar todas a cargo do governo provincial. Passaremos a analisar, a seguir, a legislação provincial elaborada para essa finalidade.

### 3.2 - Legislação Provincial

A Província do Rio de Janeiro passa a legislar com o objetivo de normatizar os procedimentos relativos à introdução de imigrantes a partir do início de 1888.

Em 02/01/1888, a Província emite o Decreto número 2 927<sup>25</sup>, do qual destacaremos alguns pontos.

No primeiro de seus quatro artigos o decreto refere-se ao pagamento da dívida provincial, o que seria efetuado com o “*producto da venda da Estrada de Ferro Cantagalo*”<sup>26</sup>.

---

25 – Coleção de Leis, Decretos ... – p. 585.

26 – Embora o contexto histórico seja outro, é quase intuitiva a observação de que o recurso às privatizações para cobrir ‘rombos de caixa’ governamentais é uma prática que vem de longa data.

O segundo artigo é bem mais extenso, comportando dois parágrafos e sete incisos -ou cláusulas. No caput do artigo temos a autorização para que o Presidente da Província realize operações de crédito. No primeiro parágrafo é estipulada a quantia a ser aplicada, bem como, ao longo dos incisos, são definidas a destinação da verba e algumas normas para o estabelecimento dos imigrantes.

O inciso I especifica a *destinação* da verba.

*“Para adiantamentos de passagem e mais despesas necessárias à introdução de imigrantes na província, na forma autorizada pelo aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas datada de 3/12/1887 e de acordo com a cláusula IV deste artigo e parágrafo”.*

O inciso II trata da necessidade de construção de casas para a instalação dos imigrantes.

O inciso III refere-se à necessidade de se facilitar também a vinda de trabalhadores nacionais de outras províncias, pagando-se a estes um valor correspondente à metade das passagens dos imigrantes, concedendo-lhes ainda as mesmas *“vantagens de localização”* dispensadas aos imigrantes.

O inciso IV versa sobre a estrutura que os lavradores deveriam montar para receber os imigrantes, estabelecendo também mecanismos de fiscalização para se verificar se estes proprietários que requisitaram imigrantes teriam providenciado ...

*“Para installal-os casas adequadas, lavouras feitas para que lhes sejam destinadas; ou terrenos apropriados à cultura a que se tiverem de aplicar, e se estão no caso de poder fornecer-lhes mantimentos, mediante oportuna indemnisação, até a primeira colheita”.*

As partes seguintes do decreto tratam de questões mais gerais como cooperação entre o governo provincial e o governo geral, estudos sobre novas culturas e indústrias e, por fim, sobre incentivo ao cultivo da cana de açúcar.

Tem-se, com esse decreto, uma primeira ação normatizadora da Província do Rio de Janeiro em relação à imigração, momento em que se manifesta uma clara disposição em atender às demandas dos lavradores fluminenses quanto ao problema do suprimento de mão-de-obra. Percebe-se também, pelo menos em termos de norma legislativa, uma grande preocupação com o estabelecimento de condições adequadas para a recepção do trabalhador a ser introduzido na província. Convém destacar também que o programa que se pretendia implementar não se destinava exclusivamente a trabalhadores estrangeiros. Há uma referência explícita à possibilidade de introdução de trabalhadores nacionais de outras províncias que, embora no caso desse decreto fariam jus à metade do valor da passagem pago aos imigrantes<sup>27</sup>, teriam direito às mesmas condições de

---

27 – Essa discrepância será corrigida pela Lei número 3.062, de 17/12/1888, que irá estabelecer igualdade de direitos em relação aos auxílios financeiros que seriam destinados a todos os trabalhadores introduzidos na província, independente de sua origem ou nacionalidade.

instalação providenciadas para os imigrantes.

Em 06/03/1888, o governo provincial emite um “Regulamento para adiantamento e indemnisação de passagens de immigrants, trabalhadores nacionaes, engenhos centraes e núcleos agrícolas”<sup>28</sup>, que define mais detalhadamente os procedimentos a serem adotados para a introdução de trabalhadores na província. A seguir destacaremos alguns pontos do Regulamento que julgamos mais esclarecedores acerca da política provincial de imigração naquele momento, lembrando ainda que o papel do governo provincial tem sido, até aqui, apenas o de estabelecer medidas legislativas, normatizadoras.

No parágrafo único do artigo primeiro, o regulamento define que o governo provincial deverá proceder de modo que “*os adiantamentos feitos por conta da província nunca excedam o número de passagens concedidas pelo governo imperial*”. O que significa que o governo provincial não se dispõe, ainda, a participar com qualquer contra-partida financeira ao programa de imigração.

O artigo segundo, em seu caput, define que os imigrantes devem ser ...

“... *moralizados, sadios, aptos para os trabalhos agrícolas e de idade inferior a cinquenta annos, salvo se forem chefes de família*”.

---

28 – Collecção de Leis, Decretos ... – p. 562.

O parágrafo primeiro do mesmo artigo orienta que os introdutores só devem trazer para a província imigrantes com garantia de pronto estabelecimento na lavoura, com prévio ajuste feito com fazendeiros ou por requisição do presidente da província. Já em seu segundo parágrafo consta que o presidente da província definirá a quantidade e as demais condições para a introdução de imigrantes.

O artigo terceiro estabelece que as listas de imigrantes devem conter a rubrica do cônsul brasileiro em exercício na localidade de origem dos mesmos, garantido-se que eles estejam cientes que vêm para o Rio de Janeiro.

O artigo quarto prevê que os imigrantes poderiam ter liberdade para se estabelecer em qualquer lugar da província, porém, sem o reembolso do custo das passagens “*contanto que definitivamente se estabeleçam ou se empreguem na lavoura*”. O que equivale a dizer que os imigrantes fariam jus ao reembolso do valor relativo aos custos com passagens desde que aceitassem se estabelecer onde fosse determinado pelo poder provincial.

Nos artigos quinto, sexto, sétimo e oitavo, são definidos aspectos mais especificamente burocráticos como quantias de indenização, recibos e atestados necessários para o pagamento, forma de pagamento aos introdutores e condições necessárias para os lavradores requererem imigrantes.

Na parte final do Regulamento são definidas algumas normas acerca dos Núcleos Agrícolas. O artigo trinta e seis estabelece uma tabela com os preços dos lotes que deveriam ser vendidos aos imigrantes. Nos artigos trinta e sete a trinta e nove constam as condições de pagamento dos lotes, bem como os prazos para o estabelecimento e organização dos núcleos.

Se cotejarmos o artigo trinta e seis com o artigo quatro, podemos inferir o seguinte. O imigrante capitalizado poderia escolher o local onde gostaria de se fixar na lavoura, no interior do território da província do Rio de Janeiro - desde que custeasse o traslado com recursos próprios-, ou poderia mesmo adquirir um lote, estabelecendo-se como proprietário. Para o imigrante não capitalizado, restava a alternativa de ‘empregar-se’ na lavoura, podendo também, com o tempo, capitalizar-se e vir a se estabelecer, futuramente, como proprietário. De qualquer modo, não era vedado ao imigrante a realização do sonho de ‘fazer a América’. Além disso, o estabelecimento dos núcleos agrícolas tinha por objetivo disponibilizar mão-de-obra para prover os proprietários já estabelecidos, conforme é possível depreender da análise dos dois primeiros Relatórios da Presidência da Província do Rio de Janeiro, que abordaremos logo a seguir<sup>29</sup>.

Além do fato do governo provincial não disponibilizar, até o

---

29 – No terceiro e último Relatório, datado de 15/10/1889 -um mês antes da queda da monarquia, portanto- é possível perceber objetivos bastante mais complexos que o de simplesmente fornecer “braços para a lavoura”, conforme apontaremos a seguir.

momento, recursos próprios para o programa de incentivo à imigração, conforme salientamos anteriormente, gostaríamos de ressaltar ainda alguns outros aspectos do regulamento que nos chamaram a atenção.

Em primeiro lugar, é flagrante a preocupação com as condições físicas e a aptidão para o trabalho agrícola que eram exigidas dos imigrantes que se pretendia introduzir na província. No entanto, além dessa preocupação natural -afinal, o programa visava resolver o problema da mão-de-obra da lavoura fluminense-, julgamos conveniente ressaltar a referência explícita ao aspecto ‘moral’. Segundo o Regulamento, uma das condições era a de que os imigrantes deveriam ser ‘*moralizados*’. Ora, ao comprar um escravo, a preocupação era com a robustez, porque o restante poderia ser resolvido tranqüilamente com o chicote. No caso do trabalhador livre, em que a coerção física não era o recurso indicado, seria necessário que o mesmo já tivesse introjetado valores que lhe proporcionassem uma visão positiva do trabalho -mesmo nas penosas condições de trabalho da grande lavoura-, condição difícil de se encontrar nos libertos, provocando uma resistência, ou mesmo repulsa, não ao trabalho em sua concepção mais genérica, mas precisamente ao **trabalho na grande lavoura**<sup>30</sup>.

Ressaltamos, por fim, a preocupação do governo provincial em

---

30 – Encontramos interessante reflexão sobre a questão da visão que os libertos poderiam ter do trabalho, refutando noções formuladas no final do século XIX sobre uma suposta aversão ao trabalho desenvolvida pelos mesmos, em SANTOS, C. R. A. , op. cit. p. 226/228.

estabelecer mecanismos que garantissem a destinação do imigrante para a lavoura e, mais especificamente, para as áreas da província onde seu concurso fosse mais necessário.

Até este ponto analisamos a legislação emitida pela Província do Rio de Janeiro no contexto imediatamente anterior à abolição. Abordaremos, a seguir, uma lei e um decreto emitidos em dezembro de 1888, portanto num contexto em que o trabalho escravo já estava extinto. Algumas diferenças serão, com certeza, percebidas.

Em 17/12/1888 é emitida a Lei número 3.062 <sup>31</sup>, definida como “Carta de lei pela qual o Presidente da Província manda executar o Decreto da Assembléia Provincial que fixa receita e despesa para 1889”. Trata-se, portanto, da lei orçamentária para o ano de 1889 que dispõe sobre as previsões de despesas gerais da província, motivo pelo qual iremos nos ater exclusivamente sobre os pontos que se referem às despesas relativas ao programa de imigração.

Em seu artigo número trinta, a lei orçamentária autoriza o presidente da província a despender a quantia de 1,500:000\$ para “... *immediata realização dos serviços creados pela lei 2927 de 02/02/1888 e pela fórmula estatuída no regulamento de 06/03/1888...*”. Este mesmo artigo estabelece ainda algumas providências que irão contrariar -e, portanto,

---

31 – Coleção de Leis, Decretos ... – p. 362.

revogar- determinados dispositivos constantes da legislação anterior, conforme abordaremos a seguir.

A primeira providência se refere a entendimentos que seriam mantidos entre o governo provincial e governo geral a fim de agilizar o processo de imigração, que deveria ser realizado “*do modo mais directo possível*”, devendo o primeiro providenciar a construção de quatro hospedarias provisórias -medida já adotada pela Província de São Paulo desde 1887- nos locais mais apropriados, para atender os imigrantes que se destinassem `a lavoura fluminense.

A segunda providência era a de que os imigrantes ou trabalhadores agrícolas introduzidos na província, fosse por intermédio do governo provincial ou através de companhias ou indivíduos encarregados deste serviço, ou mesmo diretamente pelos próprios fazendeiros, fariam jus aos mesmos ‘auxílios’ previstos na lei 2927, independentemente de sua origem ou nacionalidade. Ficam abolidas, portanto, quaisquer diferenças de tratamento dispensadas aos trabalhadores nacionais ou mesmo em relação aos imigrantes de diferentes nacionalidades -o Regulamento de 06/03/1888, em seu primeiro artigo, desautorizava a introdução de imigrantes oriundos do sul da Itália e das ilhas portuguesas e espanholas, dispositivo este revogado, por conseguinte, por esta lei número 3062.

A terceira providência era, na verdade, um incentivo suplementar oferecido aos imigrantes, desta vez por conta dos cofres provinciais:

*“A província pagará por immigrante estrangeiro definitivamente estabelecido ou empregado na lavoura de seu território, depois de 6 mezes de sua collocação, como prêmio, segundo a idade de cada um, quantia igual `a metade do preço da passagem concedida pelo governo geral; se o custo da passagem fôr superior à quantia paga pelo thesouro nacional, este prêmio será entregue, a título de reembolso, a quem tiver concorrido com o excesso da despesa de viagem do immigrante e o houver definitivamente collocado”.*

As ações e recursos para incentivo à imigração previstos na lei orçamentária para o ano de 1889, pareciam não ser ainda suficientes, pois, no apagar das luzes do ano de 1888, o governo provincial emite mais um decreto. Trata-se do Decreto número 3074, de 27/12/1888 <sup>32</sup>, que se constituía de um único artigo, autorizando o presidente da província fluminense a tomar três medidas com o propósito de promover a imigração.

A primeira medida a ser tomada pelo governo provincial deveria ser a de ...

*“... subvencionar ou garantir juros de 6% ao anno às companhias organisadas, ou que se organisarem, que tenham por capital propriedades agrícolas e por fim o estabelecimento de immigrantes”.*

---

32 – Collecção de Leis, Decretos ... - p. 517.

Já a segunda medida refere-se à imposição, nos contratos celebrados entre as companhias e o governo provincial, de ônus que compensassem as subvenções feitas. A terceira medida, por fim, tratava da abertura de créditos especiais para o pagamento das subvenções previstas.

Não se pode negar, pelo que foi exposto até aqui, que o governo provincial, pelo menos durante o ano de 1888, dedica-se à questão da substituição da mão-de-obra escrava. Num primeiro momento, no contexto imediatamente anterior à abolição, seu papel se limita aos contatos com o governo geral e à elaboração de uma legislação normatizadora de um programa de incentivos à imigração. Num segundo momento, num contexto já pós-abolição, talvez premido ainda mais pelo agravamento do problema da reposição da mão-de-obra, a província se dispõe a despender recursos próprios para incentivar a imigração. Contudo, mesmo nesse segundo momento, as medidas tomadas se limitam ainda ao campo meramente legislativo. Para se ter uma noção mais clara do que foi efetivamente realizado, ou não, pela Província do Rio de Janeiro em termos de incentivo à imigração, recorreremos aos Relatórios enviados pela presidência à Assembléia Provincial, que abordaremos a seguir.

### 3.3 - Relatórios da Presidência da Província

Os relatórios analisados foram os dois últimos emitidos por presidentes de província, em virtude da queda da monarquia e a conseqüente reestruturação político-administrativa que então ocorreu, e são bastante elucidativos sobre o papel desempenhado pelo executivo provincial em relação à questão da mão-de-obra.

O primeiro relatório analisado data de 08/08/1888, tendo sido emitido pelo então Presidente da Província do Rio de Janeiro, José Bento de Araújo. Desse relatório, analisaremos especificamente a seção intitulada *Immigração*<sup>33</sup> que versa, obviamente, sobre a questão da mão-de-obra.

O presidente inicia relatando o seguinte:

*“Dar-vos-hei succinta notícia concernente aos factos ocorridos depois da promulgação da lei número 2927 de 2 de janeiro último, na parte relativa à introdução de immigrants europeus nesta província, com os favores dispensados pelo ministro da agricultura em aviso de 30 de novembro do anno próximo passado.*

*Sanccionada a lei e no intuito de auxiliar, quanto possível, a nossa lavoura, principal factor da riqueza pública, meu digno antecessor deu*

---

33 – Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da 1ª. Sessão da 27ª. Legislatura, em 08/08/1888 – Presidente José Bento de Araújo. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1888. p. 86 – (IHGB)

*execução àquella lei, expedindo o regulamento de 6 de março que estabeleceu o meio prático de promover a introdução de immigrants na província, consignou os auxílios autorizados para a concessão de passagens, providenciou sobre a construcção de casas para habitação dos colonos, e finalmente sobre a fundação dos engenhos centraes.*

*Assumindo a administração, resolvi não dar inteiro cumprimento ao referido regulamento para mais tarde e depois de habilitar-me com dados mais completos sobre a importância do assumpto providenciar em sentido que parecesse mais vantajoso aos interesses da lavoura fluminense”.*

Após essa introdução, o presidente continua sua exposição, transferindo para a Assembléa Provincial a responsabilidade por possíveis mudanças na lei 2927 e no Regulamento. Propõe também substituir o auxílio previsto para a aquisição de equipamentos para os engenhos centrais por um prêmio para quem conseguisse “*extrahir da canna 12% da parte sacharina*”, fazendo referência a um certo M. W. Newton -presidente da Câmara da Agricultura na Ilha Maurícia-, que teria demonstrado a viabilidade e as vantagens da instituição desse prêmio por produtividade.

O presidente relata ainda que, diante de constantes pedidos de fazendeiros para a introdução de imigrantes, e considerando insuficientes as 4 000 famílias já autorizadas pelo ministro da agricultura em 20/07/1888, requereu autorização para mais 2 000 famílias. Assim que fosse autorizado

pelo governo imperial, estaria habilitado a atender aos pedidos dos fazendeiros.

Em ofício datado de 15/06/1888, encaminhado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, a presidência da província propõe a fundação de núcleos coloniais -custeados pelo próprio ministério- que serviriam de centros para estabelecimento de imigrantes, facilitando

*“(...) a imigração espontânea daquelles que se quizerem estabelecer com suas famílias, mas também de ponto de reunião de trabalhadores aptos e moralizados e conseguintemente em condições de serem contractados pelos lavradores estabelecidos nas proximidades de taes núcleos”.*

Se aprovada a solicitação, o governo provincial providenciaria a compra de duas propriedades, a exemplo de Minas Gerais e São Paulo, uma na zona cafeeira e outra na zona de produção de cana. Se fosse bem sucedida a experiência, a própria Província poderia custear a instalação de novas colônias *“(...) concorrendo assim para o povoamento dos logares abandonados pela cultura extensiva e aproveitando as localidades onde existem terrenos apropriados à pequena lavoura, próximos dos mercados consumidores, **para animar a colonização**”*(grifo nosso). Nesse ponto -bem como em algumas passagens destacadas a seguir- o discurso deixa transparecer uma certa indefinição quanto aos reais propósitos do governo

provincial. A intenção era apoiar exclusivamente a grande lavoura ou se apontava no sentido de uma mudança na estrutura fundiária?

O presidente demonstra ainda em seu relatório, um certo otimismo quanto à solução do problema da mão-de-obra, através da articulação da iniciativa particular com os poderes provinciais. Antes de finalizar essa seção do relatório, tratando de providências administrativas para a execução da lei 2 927 e do Regulamento, buscando simplificar os processos e diminuir as despesas, o chefe do executivo provincial procura mostrar seu empenho em resolver a questão da mão-de-obra, afirmando o seguinte:

*“Reorganizar, portanto, o trabalho agrícola sobre base estável e sólida auxiliando a lavoura fluminense pelo supprimento de braços estrangeiros, é meu maior empenho durante a minha administração e o melhor serviço que poderei prestar à briosá província em que nasci”.*

A importância da questão da mão-de-obra para a lavoura fluminense naquele contexto parece evidente diante deste relatório. O interesse do presidente da província em resolver a questão parece também mais do que evidente. No entanto, o empenho demonstrado no discurso não se transfere às suas ações, como se poderá observar a seguir.

Num *Appenso* ao relatório seguinte, do ano de 1889, será publicado um ofício em que José Bento de Araújo justifica sua renúncia ao cargo de presidente da província *“por escassez de tempo”*. Neste mesmo ofício explica que os contratos para introdução de imigrantes firmados em 1888, não

teriam sido inteiramente cumpridos, apesar dos esforços da administração provincial. Fala ainda sobre as hospedarias -uma já estabelecida em Campos, a necessidade de estabelecer uma outra em Macaé e uma outra ainda na capital, para garantir que os imigrantes se encaminhem efetivamente para a província do Rio de Janeiro- e faz um balanço da imigração até aquele momento:

*“Por enquanto existem na província 2 085 immigrants cearenses, e 1 222 estrangeiros, além dos introduzidos diretamente pelo ministro da agricultura”.*

Se até aquele momento, pelas medidas legislativas e executivas analisadas, a ‘política imigrantista’ da Província do Rio de Janeiro parece completamente ineficaz, nenhuma dúvida restará a partir da análise que se segue. Trata-se, também nesse caso, da seção *Immigração*<sup>34</sup> do relatório, datado de 15/10/1889, apresentado pelo então presidente da Província do Rio Janeiro, o Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo, documento no qual se aponta mais claramente no sentido de uma proposta de reestruturação fundiária, inclusive em detrimento dos interesses da grande lavoura. O documento aponta ainda para o aspecto da formação da nação brasileira, tema intensamente debatido no final do século XIX, em articulação com os projetos de Abolição, instauração da República e imigração européia<sup>35</sup>.

---

34 – Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província do Rio de Janeiro na abertura da 2ª. Sessão da 27ª. Legislatura, em 15/10/1889 – Presidente: Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo. Rio de Janeiro: Typographia Montenegro, 1889. p. 11.

35 – SALLES, R. Joaquim Nabuco, o Abolicionismo e a Nação que não foi. In Revista do IHGB, ano 161, n. 406. Rio de Janeiro: Jan/Mar 2000. p. 67/75.

O presidente inicia a seção afirmando o seguinte;

*“A imigração é um phenomeno natural para a população exuberante do velho mundo e um problema vital para os povos do continente americano.*

*Cumpre encarál-o sob o ponto de vista superior do povoamento do território nacional e não como simples meio de fornecer braços à lavoura (grifo nosso).*

*Estes hão de apparecer, na medida necessária, pela repressão da ociosidade e logo que o influxo natural das leis econômicas estabeleça a devida proporcionalidade entre o trabalho e o salário.*

*As raças civilizadas da Europa não abandonarão o chão querido do berço, rompendo os laços mais caros ao coração humano, para vir fecundar com seu suor a terra alheia, servindo como mercenários, sem collocação definitiva, sem estabelecimento e esperança de um futuro seguro e próspero para a descendência.*

*Só o domínio immediato e fácil do solo póde attrahíl-os, á par de uma legislação adiantada que lhes assegure o pleno goso de todos os direitos no seio da nova pátria.*

*A acção dos homens públicos em tão **momentoso assumpto** (grifo nosso) deve ser toda indireta e por assim dizer genérica, operando as reformas necessárias, desenvolvendo a viação pública, promovendo o cadastro, o saneamento e a desbravação do território”.*

A seguir, o presidente faz referência a outros países -Estados Unidos e estados do Prata- onde a imigração espontânea, com propaganda nos países

de origem dos imigrantes e facilitação do transporte nos países de destino, teria dado resultados mais positivos.

Comparando estes casos referenciados à situação brasileira, o presidente coloca em questão os atributos morais dos imigrantes introduzidos através dos procedimentos usuais, afirmando que

*“O systema (...) de passagens pagas pelos cofres públicos, por contracto com companhias de navegação, além de onerosíssimo, constitue antes medida de polícia, em favor das grandes cidades européias, do que serviço real à agricultura e às indústrias do paiz”.*

Ao concluir o relatório sobre a questão da imigração, o presidente da província explica que o fechamento da hospedaria de Campos, como também da *Inspectoria Provincial de Imigração*, foram medidas destinadas a cortar despesas num setor em que o Governo Central já estaria atuando. Com essas medidas, o governo provincial estaria se mantendo

*“Fiel a ‘esses princípios’ e considerando que o governo geral encara resolutamente o problema, buscando solvê-lo pelas mais acertadas providências (...)”.*

Ao mesmo tempo em que avoca princípios liberais, tentando projetar uma solução futura para o problema da mão-de-obra a partir das próprias leis de mercado, o governo provincial transfere o ônus da contra-partida estatal exclusivamente para o poder central, atribuindo a este a responsabilidade pela transição para o trabalho livre. No entanto, exatamente um mês após a

emissão do relatório -datado de 15/10/1889- o poder central, de quem o governo provincial fluminense esperava a solução para o problema, iria ruir.

Entre 02/01/1888 -data da emissão da primeira medida legislativa provincial sobre a imigração- e 15/10/1889 -data do último relatório da presidência da Província do Rio de Janeiro- passaram-se menos de dois anos. Foi um curto período, no qual o poder provincial fluminense atuou, entre medidas legislativas e executivas, de forma consideravelmente tímida em relação à questão da imigração. Se cotejarmos a ‘política de imigração’ fluminense com a paulista, perceberemos profundas diferenças. Sobre a política de imigração da Província de São Paulo, encontramos em Sérgio Buarque de Holanda algumas importantes referências <sup>36</sup>. Segundo ele

*“A administração da Província de São Paulo, identificando-se com os interesses dos fazendeiros, procurou por todos os meios estimular a vinda de imigrantes. Já em 1871, baixava uma lei autorizando o Governo a emitir apólices até seiscentos contos para auxiliar o pagamento das passagens de imigrantes (...).*

*Na década de oitenta numerosos créditos foram concedidos pelo Governo Provincial para auxiliar a imigração (...)*

*Em poucos anos entraram mais imigrantes na Província de São Paulo do que nos últimos vinte e cinco anos. Entre 1871 e 1886 chegaram*

---

36 – HOLLANDA, S. B. (et al). O Brasil Monárquico – HGCB – Tomo II. Vol. II. São Paulo: DIFEL, 1985.

*pouco mais de quarenta mil. Nos dois anos seguintes entraram 122 000. Foi, portanto, a partir de 1885-1886 que se incrementou a imigração*". (Holanda: 1985, p. 177/178).

Neste ponto de sua exposição, Sérgio Buarque de Holanda refere-se também ao choque de interesses entre os fazendeiros do Oeste paulista, que seriam os maiores interessados na política imigrantista do poder provincial, e os do Vale do Paraíba -aqui o autor se refere, evidentemente, à parte do Vale localizada naquela província-, que se opunham, segundo ele, ao empenho do governo provincial em relação à imigração. Não nos interessa retomar o debate acerca das possíveis diferenças de postura assumidas por fazendeiros de uma ou outra região, mesmo porque estamos a abordar, nesse momento de nossa análise, sobretudo um contexto específico -anos 1888 e 1889-, no qual certamente não havia maiores divergências entre os fazendeiros de diferentes regiões -fossem fluminenses ou paulistas, do Vale ou do Oeste-, quanto à absoluta necessidade da introdução de imigrantes para suprir a demanda de mão-de-obra.

Retomando a comparação específica entre as ações dos poderes provinciais de Rio de Janeiro e São Paulo, nos deparamos com estatísticas profundamente diferentes. Enquanto o governo fluminense, no relatório da presidência da província de 1888, acenava com um total de '2 085 imigrantes cearenses e 1 222 estrangeiros' estabelecidos no território da província, os números mostrados para a província de São Paulo -relativos apenas aos imigrantes introduzidos em 1887 e 1888- totalizam mais de uma

centena de milhares de imigrantes. Esta enorme disparidade numérica, por si só, já demonstra em grande medida o profundo abismo que separou as ações públicas no sentido da imigração num caso e noutro.

Embora não tenhamos a pretensão de explicar as razões dessa tão grande diferença observada nas políticas públicas de imigração implementadas por São Paulo e Rio de Janeiro, julgamos adequado reafirmar que não nos alinhamos com as justificativas de Sérgio Buarque de Holanda sobre a política imigrantista paulista. O autor privilegia elementos explicativos articulados à noção de ‘mentalidade’, em detrimento de um maior peso que consideramos adequado atribuir aos aspectos estruturais, o que, de resto, acreditamos que já tenha sido suficientemente debatido no primeiro capítulo desse trabalho, sobretudo a partir da argumentação de J. S. Martins.

Por fim, acreditamos ter demonstrado que, a despeito das demandas dos lavradores fluminenses, os poderes provinciais do Rio de Janeiro jamais desempenharam um papel efetivo em relação a esta questão. Seu ‘empenho’ não foi muito além das medidas legislativas ou ações executivas de eficácia bastante duvidosa.

## OS BARÕES E A ABOLIÇÃO

### CONCLUSÃO

*“ (...) A memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”. (Jacques Le Goff)*

Como procuramos deixar claro na introdução deste trabalho, nosso propósito era desvendar alguns traços da cultura política dos fazendeiros vassourenses -enquanto grupo representativo do setor fluminense da elite brasileira imperial-, estereotipados por parte da historiografia<sup>37</sup> como retrógrados, dotados de uma mentalidade aristocrática, tradicionalista, em comparação com os fazendeiros do Oeste Paulista, estes sim, segundo essa visão, dotados de uma ‘mentalidade avançada, empresarial’.

Procuramos também mostrar claramente que nossa intenção era de desconstrução, mostrando a inadequação da utilização dos binômios **avanzado x atrasado, burguesia x aristocracia**, visando dar conta das supostas diferenças existentes entre cafeicultores fluminenses e paulistas no contexto de final do século XIX. Estes estereótipos, plenos de juízo de valor, foram incorporados por uma boa parte das coleções de didáticos, como uma verdade pronta e acabada, ou como “moeda corrente”, segundo Gorender.

Acreditamos ter demonstrado, no decorrer de nosso trabalho, que os principais argumentos tidos como sustentáculos da versão acima referida,

---

37 – “Historiografia paulista”, segundo Jacob Gorender.

podem ser satisfatoriamente refutados, não somente no âmbito mais geral, pela própria historiografia, como também, no âmbito específico de nossa pesquisa -relativo à província fluminense e, especialmente, ao município de Vassouras-, pela análise das fontes aqui abordadas.

No primeiro capítulo, mostramos que os principais argumentos da chamada “historiografia paulista” não se sustentam.

Os lavradores fluminenses jamais se mostraram avessos à introdução de novas técnicas, apesar do caráter eminentemente extensivo da produção, tal qual se estabeleceu o processo produtivo na província. Os argumentos de Humberto Machado são bastante convincentes nesse sentido.

O apego à escravidão marcou o comportamento dos cafeicultores, tanto paulistas quanto fluminenses, como bem demonstraram sobretudo Robert Conrad e Jacob Gorender. Não foi atributo exclusivo dos lavradores fluminenses ou valeparaibanos. Os senhores de escravo paulistas que mudaram de posição -passando a demonstrar uma postura favorável à abolição-, fizeram-no apenas à última hora e, nesse caso, deve-se levar em boa conta o peso do grande temor gerado pelas freqüentes fugas e rebeliões de escravos, conforme os consistentes argumentos sobretudo de Célia M. Azevedo e Maria Helena P. T. Machado.

Não resta dúvida que a imigração foi, no contexto analisado, bastante mais intensa em São Paulo do que no Rio de Janeiro. Entretanto, tal disparidade jamais se deveu ao aspecto da ‘mentalidade’. Fatores de ordem estrutural -como expansão da fronteira agrícola, num caso, ou crise econômica, no outro- explicam, em boa parte, como vimos nos argumentos de José de Souza Martins, essa diferença.

No segundo capítulo, mostramos, inicialmente, a representatividade do periódico “O Vassourense” para o universo cultural vassourense, a partir, inclusive, da estreita vinculação de seus principais articulistas e colaboradores com o estrato superior daquela sociedade, embora devêssemos ressaltar, mais uma vez, não ser possível perceber um caráter monolítico no comportamento desse segmento social.

Mostramos também, nesse mesmo capítulo, a partir dos temas mais presentes nos debates veiculados pelo “Vassourense”, selecionados enquanto “categorias isotópicas” -recorrentes nas várias edições do periódico analisadas-, que a cultura política da elite vassourense jamais poderia ser caracterizada como tradicionalista, sobretudo se considerarmos os critérios abordados, e refutados, no decorrer do presente trabalho.

A preocupação com a utilização de novas técnicas não era, como vimos, algo distante do universo cultural dos lavradores vassourenses, a despeito de todas as dificuldades estruturais e de crédito.

As tentativas de organização civil por parte dos lavradores vassourenses, ainda que raras e pouco efetivas -sobretudo se considerarmos sua cultura caracteristicamente clientelista- marcaram momentos em que a questão da mão-de-obra se colocava mais claramente na ordem das grandes preocupações da lavoura local.

A questão da mão-de-obra era, como vimos, segundo os lavradores vassourenses, o ponto de estrangulamento da lavoura daquele município. No contexto em que o problema se coloca de forma mais grave, o debate sobre a transição para o trabalho livre torna-se mais intenso, assim como a demanda por imigrantes. Os aspectos estruturais da lavoura fluminense e a ineficácia da ‘política provincial de imigração’ serão, nesse caso, os grandes fatores limitantes.

Os últimos artigos analisados reafirmam a clareza com que a crise se descortinava aos olhos da elite vassourense, bem como a convicção de que seus aspectos mais evidentes baseavam-se nas carências tanto de crédito quanto de mão-de-obra, apontando, ainda, para propostas relativas à reforma tributária e ao estabelecimento de colonos que, em sendo implementadas, poderiam provocar sensíveis mudanças na própria estrutura fundiária.

No terceiro capítulo analisamos as ações dos poderes da Província do Rio de Janeiro acerca da questão da imigração, enquanto possível solução para a carência de mão-de-obra. Mostramos, em nossa análise, que as demandas da lavoura fluminense tiveram tímido respaldo do Governo

Provincial, cujas ações, tanto legislativas quanto executivas, mostraram-se pouco ou nada efetivas.

Por fim, esperamos ter dado nossa contribuição ao debate historiográfico, mais precisamente em relação a três pontos específicos. Primeiro, através do desvelamento de alguns aspectos da cultura política dos senhores de escravos vassourenses, buscando compreender os fundamentos da postura assumida pelos mesmos diante da questão da abolição, postura essa que, como se pôde perceber, não divergiu substancialmente do comportamento de seus congêneres paulistas. Segundo, mostrando o caráter simplista da categoria ‘conservador’ ou ‘reacionário’ atribuída pela historiografia aos cafeicultores do Vale do Paraíba do final do século XIX, alertando para o fato de que a utilização do maniqueísmo **‘reacionário x progressista’**, pode representar um risco, sobretudo no sentido de que uma visão como essa, exatamente por seu caráter reducionista, contribui para o obscurecimento de uma análise mais crítica da realidade. Finalmente, mostrando, ainda que subsidiariamente, o risco de se incorporar aos livros didáticos, de maneira pouco crítica, questões ainda em discussão na historiografia -ou versões de uma determinada vertente historiográfica- como se fossem verdades prontas e acabadas. Considerando os livros didáticos como elementos formadores da própria memória coletiva, bem como considerando sua importância nos níveis fundamental e médio do ensino regular no Brasil, conclui-se que esse risco assume enormes proporções.

## REFERÊNCIAS

## BIBLIOGRAFIA

- AZEVEDO, C. M. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites. Século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BEIGUELMAN, P. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro*. São Paulo: Pioneira, 1968.
- “ . *A Crise do Escravismo e a Grande Imigração*. São Paulo: Brasiliense, 1985
- BLOCH, M. *Introdução à História*. Mira Sintra (Portugal): Publicações Europa-América, s/d.
- BOBBIO, N. *Estado, Governo, Sociedade. Por uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BORGES, V. P. *História e Política: laços permanentes*. In Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 12, n. 23/24, setembro 91/agosto 92.

- BOUDON, R. e BOURRICARD, F. *Dicionário Crítico de Sociologia*. São Paulo: Ática, 1993.
- CÂNDIDO, A. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Ed. 34, 1997.
- CARDOSO, C. F. (org.) *Escravidão e Abolição no Brasil*. Novas Perspectivas . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- CARR, E. H. *O que é História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976..
- CONRAD, R. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil – 1850/1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999
- FERREIRA, J. R. M. *História – 7ª Série/Martins*. São Paulo: FTD, 1999.
- FRAGOSO, J. e FLORENTINO, M. *O Arcaísmo como Projeto*. Rio de Janeiro. Sette Letras, 1998.
- FRANCO, M. S. C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997..
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967.
- GARCÉS, J. Cultura Política. In SILVA B. (Coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: FGV/MEC, 1986.
- GERSON, B. *A Escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- GLEZER, R. *São Paulo e a Elite Letrada Brasileira no Século XIX*. In Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/ Marco Zero, Vol. 12, n. 23/24, setembro 91/agosto 92.

- GINZBURG, C. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GRAHAM, R. *Clientelismo e Política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- GORENDER, J. *O Escravismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1992.
- “ *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 1991
- GUIMARÃES, A . P. *Quatro Séculos de Latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1981.
- HOBSBAWN, E. *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- HOLANDA, S. B. (et all). *O Brasil Monárquico – HGCB – Tomo II – Vol. II*. São Paulo: DIFEL, 1985.
- HUNT, L. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- IANNI, O. *Escravidão e Racismo*. São Paulo: HUCITEC, 1988.
- LOWY, M. *Ideologia e Ciência Social*. São Paulo: Cortez, 1991.
- MACHADO, H. *Escravos, Senhores & Café*. Niterói: Cromos, 1993.
- MACHADO, M. H. P. T. *O Plano e o Pânico*. Rio de Janeiro: UFRJ/ EDUSP, 1994.
- MARCONDES, R. L. *A Arte de Acumular na Economia Cafeeira*. Rio de Janeiro: Stiliano, 2000.
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. São Paulo: LECH, 1981.
- MATTOS, H. *Das Cores do Silêncio*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

- NABUCO, J. *O Abolicionismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PINSKY, J. *A Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- QUEIROZ, S. R. R. *Aspectos Ideológicos da Escravidão, in Estudos Econômicos – IPE/USP – vol. 13, nº 1, 1983.*
- “ *A Abolição da Escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- RAPOSO, I. *História de Vassouras*. Niterói: SEEC, 1978.
- RIBEIRO, V. e ANASTASIA, C. *Encontros com a História, vol. 3*. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.
- SALLES, R. Joaquim Nabuco, *o Abolicionismo e a Nação que não foi*. In Revista do IHGB, ano 161, n. 406. Rio de Janeiro: Jan/Mar 2000.
- SANTOS, C. R. A. *Abolicionismo e Desigualdades Sociais*. In MOURA, A. M. S. e LIMA, C. A. M. *Tempo - Espaço - Trabalho*. Rio de Janeiro: Ana Maria Moura, 2002.
- SENNETT, R. *O Declínio do Homem Público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SILVA, E. *Barões e Escravidão – três gerações de fazendeiros e a crise escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- SILVA, R. M. Lucindo Filho. *Vassouras: EVSA*, 1998.
- “ *Galeria Vassourense*. Vassouras: EVSA, 1999.
- “ *Estudos Vassourenses*. Vassouras: EVSA, 1999.

- “ *Galeria das Personalidades Notáveis de Vassouras. Vassouras: EVSA, 2002.*
- SLENES, R. *Na Senzala, Uma Flor*. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.
- “ *Grandeza ou Decadência? O Mercado de Escravos e a Economia Cafeeira da Província do Rio de Janeiro. 1850-1888*, in COSTA, Iraci del Nero (org). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE – USP, 1986.
- STEIN, S. J. *Vassouras – um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

#### FONTES IMPRESSAS

- Jornal “O Vassourense” - semanário - todas as edições entre 13/01/1884 e 26/01/1890 - Museu Casa da Hera/ IPHAN.
- Collecção de Leis, Decretos, Actos e Decisões do governo da Província do rio de Janeiro. 1888 – Vol. I. Rio de Janeiro p Typographia da Papelaria Brasiliense – 1888 - Biblioteca Nacional.

- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da 1ª. Sessão da 27ª. Legislatura, em 08/08/1888. Presidente:

José Bento de Araújo. Rio de Janeiro. Typographia Montenegro. 1888. IHGB.

- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro na abertura da 2ª. Sessão da 27ª. Legislatura, em 15/10/1889. Presidente:

Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo. Rio de Janeiro. Typographia Montenegro. 1889. IHGB.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)